



GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



**7ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ATIVIDADES  
MINERÁRIAS, ENERGÉTICAS E DE INFRA-ESTRUTURA**

**17 de maio de 2006**

Sala Mutiuso, 9º Andar - MME  
Brasília-DF

**(Transcrição *ipsis verbis*)**

*Empresa ProixL Estenotipia*

1 **O SR. JOSÉ CARLOS GOMES COSTA (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA) –**  
2 Agradeço a presença dos Conselheiros da Câmara Técnica, agradeço às  
3 pessoas, aos cidadãos que resolveram compartilhar conosco pensamentos e  
4 questões ambientais ativas, atividades minerárias, transporte e infraestrutura.  
5 Agradeço ao Ministério do Meio Ambiente, de forma especial, por ter aceito fazer  
6 reunião aqui, estamos sabendo dos problemas internos lá do Ministério, e  
7 aceitaram então vir aqui ao nosso Ministério para não perdermos a oportunidade  
8 dessa reunião, também já estava marcada há algum tempo. E comentar algumas  
9 coisas antes de entrar na Ordem do Dia, que é a primeira questão e talvez a mais  
10 importante que nós estamos vivendo hoje, é uma visão talvez energética demais  
11 para uma Câmara Técnica que tenha outros assuntos além de energia, mas acho  
12 que o Brasil hoje está vivendo situações ímpares na área de segurança  
13 energética, nós estamos com problemas, já tivemos problemas, esse ano já é o  
14 segundo incidente, incidente é uma palavra politicamente muito forte, a segunda  
15 ocorrência de questionamentos sobre a energia do Brasil, primeiro foi em  
16 fevereiro, quando aproveitando, se utilizando às vezes de mercados, tivemos a  
17 questão com os usineiros de álcool, que aproveitando a entre safra, aproveitando  
18 a demanda internacional pelo uso do etanol, e houve uma tentativa de aumentar  
19 os preços de forma oportunista e não exatamente baseada em parâmetros  
20 técnicos, que vem ameaçar o abastecimento interno, no nosso caso tivemos  
21 percentual de álcool misturado a gasolina a 20% (vinte por cento). E agora nós  
22 estamos enfrentando uma situação com o país vizinho, com a Bolívia, em que  
23 dentro do direito deles, de nacionalizar as suas reservas, eles estão questionando  
24 o preço. Eu quero lembrar que até agora todos os problemas que nós já tivemos,  
25 problemas técnicos, problemas políticos que nós tivemos com a Bolívia desde que  
26 (...) foi construído, nunca já mais houve qualquer ameaça de corte do suprimento  
27 de gás. Se vocês repararem bem e tirarem um pouco do nacionalismo que está  
28 envolvido na questão, o que nós estamos discutindo para o país é o preço do gás,  
29 e para a empresa brasileira, a questão da destinação dos ativos que estão lá na  
30 Bolívia, considerando que no caso da Petrobrás detém aí qualquer coisa em torno  
31 de 18% (dezoito por cento) do PIB da Bolívia. Eu levo à reflexão de vocês, que a  
32 parte de nacionalismo de ambos os países, os povos, eu quero lembrar que a  
33 Bolívia, eles têm que pensar sempre também, que é o país mais pobre da  
34 América do Sul, situações extremamente difíceis lá, o principal produto deles é o  
35 petróleo, o PIB Nacional da Bolívia é menor que o Município de Duque de Caxias,  
36 onde nós temos a segunda maior refinaria do país. É um país que passa por  
37 dificuldades, e estão numa situação ímpar, de saberem que o Brasil têm  
38 condições de se tornar independente, inclusive, no gás natural, dentro de dois ou  
39 três anos a depender do ritmo de exportação do campo de Mexilhão, em frente a  
40 Santos, ou seja, uma situação extremamente favorável para nós termos  
41 alternativas energéticas. E é um país que não tem alternativa de vender o seu  
42 único produto disponível do ponto de vista energético, que é o gás natural, os  
43 outros países (...) já têm gás natural, um pouco talvez a Argentina, mas a  
44 Argentina está enfrentando problemas semelhantes por conta de inflação de  
45 preço ao consumidor final que mostra o investimento, ou seja, lá tem gás, todo  
46 mundo sabe que tem gás, mas ninguém se aventura a investir na expedição, na  
47 exploração de petróleo, de gás natural, porque os preços lá estão congelados há  
48 anos, e isso obviamente diminui a credibilidade dos investidores. E nós temos um  
49 outro país que poderia ser um grande importador de gás, que é o Chile, mas  
50 Bolívia e Chile têm diferenças históricas muito fortes, desde que a Bolívia perdeu  
51 a guerra para o Chile, e em consequência disso perdeu acesso ao mar, se vocês  
52 se lembrarem bem os dois presidentes da república anteriores ao atual, ele caiu

53 exatamente porque anunciou que ia começar a negociar com o Chile, o  
54 fornecimento de gás natural para aquele país, e foi suficiente para que o  
55 movimento popular, e o Presidente caiu. Então, é só para demonstrar que é uma  
56 questão geopolítica, repito: a Bolívia nunca ameaçou fechar, porque é a única  
57 forma importante de renda do país, e nós temos sempre que considerar que um  
58 país em situação de pobreza muito grande, vizinho ao país, fronteira seca, não sei  
59 se mil e cem, mil e duzentos quilômetros, talvez, de fronteira seca. Significa dizer  
60 o seguinte: eu já passei um pedaço da fronteira verde de extensão dos projetos  
61 do Ministério de Minas e Energia, e a fronteira significa postes e três fios de  
62 arame farpado, igual a qualquer fazenda do interior do país, é como se fosse uma  
63 cerca de uma fazenda, é um porte com três arames. Então, é um país miserável  
64 ao nosso lado, não interessa ao Brasil, não interessa aos brasileiros, nós temos  
65 que separar o nacionalismo, a empolgação de Presidente novo e de origem  
66 popular, daquilo que é realmente negócio, daquilo que é realmente interesse  
67 econômico das nações, e levo reflexões, nós não temos um quadro definido sobre  
68 isso ainda, como é que nós vamos agir em seus detalhes, o Presidente da  
69 República decidiu ontem que fará amanhã uma Reunião Extraordinária com o  
70 Conselho Nacional de Política Energética. E por conta disso eu acredito, quem  
71 sabe na sexta-feira nós já tenhamos uma concatenação melhor, pelo menos em  
72 nível de Governo Federal, de como é que nós vamos encarar cada uma dessas  
73 situações. Então, não podemos confundir os interesses de uma empresa, mesmo  
74 sendo estatal, com os interesses do Estado, que são de mais longo prazo, e tem  
75 outras implicações que não a econômica para falar de funcionamento de  
76 empresa. Estou falando tudo isso só para que quando os senhores tiverem  
77 acesso, todos os dias esse assunto está nos jornais, os senhores todos pensem  
78 o quê que pode está naquela notícia, qual é a base e realidade daquela notícia, e  
79 analisem sempre com muito carinho as posições de ambas as partes, antes de  
80 formarem a sua própria posição. Isso é só um preâmbulo, talvez seja o grande  
81 momento que o Ministério de Minas e Energia está vivendo, as relações dos  
82 países vizinhos não se esgotaram, não se esgotam só na área do petróleo, no  
83 caso de gás natural. Nós mesmos estaremos recebendo, hoje, às duas e meia, o  
84 Vice-Ministro de energia da Bolívia ia estar aqui hoje de manhã, acho que na sala  
85 no sétimo andar, porque a sala lá embaixo estava somente reservada para  
86 receber esses Ministros, ele teve problema de vôo, vai chegar à tarde. Então, nós  
87 vamos tratar da implantação da Bolívia, passar ao nosso conhecimento, a nossa  
88 experiência do Programa Luz Para Todos, é um programa que o Ministério de  
89 Minas e Energia começou a implantar em 2003, se tornou efetivo em 2004, o  
90 objeto dele era doze e meio milhões de brasileiros sem energia elétrica, no início  
91 desse governo, e que nós pretendemos trazer energia, Programa Luz Para  
92 Todos, que já é um programa nacional, ele já ultrapassou a barreira de três  
93 milhões de brasileiros assistidos entre nove milhões e alguma coisa, e que se  
94 espera que entre 2008/2009 nós tenhamos aberto essa oportunidade de levar  
95 energia elétrica a todos os brasileiros, dando a eles cidadania, para muitos deles  
96 ter um endereço em que eles passem a ter resistência social, que eles tenham  
97 uma fonte nem que seja para comprar uma geladeira nas Casas Bahia, com  
98 aquela conta de luz que passa a existir dentro desse país. Se tratando do  
99 Programa Nacional, nós estamos passando hoje por uma situação de que muitos  
100 desses brasileiros são também excluídos economicamente, são pessoas muito  
101 pobres, em muitos casos da região rural. E só levar a energia elétrica não resolve,  
102 porque é uma questão também de não ter como pagar as contas de energia  
103 elétrica, e o Ministério de Minas e Energia também não pode promover  
104 diretamente a integração dessas pessoas na sociedade. Então, por conta disso

105 nós montamos o Programa Luz Para Todos, que com o envolvimento de outros  
106 Ministérios, de CNI e de outros atores brasileiros privados, estatais, empresas,  
107 ONGs, nós estamos fazendo ações combinadas, e no fundo também levar uma  
108 forma de renda às regiões, um freezer para congelar um peixe, uma geladeira  
109 para guardar o queijo, uma máquina de costura para poder ter uma produção  
110 industrializada do artesanato, de uma confecção, e que essas outras entidades  
111 todas em conjunto com o Ministério, estão promovendo, procurando promover o  
112 desenvolvimento econômico social dessas populações, com a energia que está  
113 chegando. Aproveitando a Reunião da Câmara Técnica, fazer um comercial do  
114 Ministério para dizer que também nós estamos abertos para qualquer momento,  
115 qualquer situação, com programas, idéias, projetos e cooperações que levem,  
116 através da energia, à promoção social dos brasileiros, produção econômica, e  
117 também tranquilizá-los um pouco naquilo que nos é possível, com relação ao que  
118 nós estamos estipulando, a questão da segurança energética, de como é que  
119 vamos garantir o fornecimento ou dar alternativas que sejam o fornecimento de  
120 energia do país, nesse momento onde todos os dias tem uma crise, ou tem uma  
121 notícia alarmante com relação a isso. Bom, dentro desse quadro, eu acho que nós  
122 podemos começar a reunião, antes de mais nada, eu vou pedir as desculpas, por  
123 conta da reunião antecipada, por conta da reunião de amanhã, o Ministro precisa,  
124 que é o presidente do CNPE, o meu chefe é o Secretário Executivo, mas alguém  
125 tem que fazer o trabalho do CNPE, e significa eu. Então, eu vou pedir desculpas,  
126 por quinze, vinte minutos, vou ter de passar para uma reunião com o Ministro,  
127 para tratar da pauta da reunião de amanhã, depois eu voltarei, o Helder é meu  
128 suplente no CNPE, assume dentro desse período, mas não vai durar mais do que  
129 uns quinze, vinte minutos, ele vai dar só instruções gerais do que ele deseja para  
130 a reunião de amanhã. Mas eu acho que antes de começar aqui, talvez até para  
131 que as pessoas se conheçam, não só os conselheiros, mas talvez fosse  
132 interessante fazer uma rodada de apresentações, que as pessoas declinem o  
133 nome e a entidade a qual representa, ou se estar vindo aqui como cidadão, para  
134 que possamos até direcionar melhor uma apresentação, que será feita em  
135 seguida para tratar da questão do urânio. Podemos começar?

136  
137

138 Sebastião.

139  
140

141 Alex Correa Lima, Advogado da Petrobrás.

142  
143

144 Luís Fernando, Engenheiro do Ministério de Minas e Energia.

145  
146

147 Rossini, Especialista em Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas.

148  
149

150 Edna Elias Xavier, eu sou Assessora da Presidência das Indústrias Nucleares do  
151 Brasil para área de licenciamento, meio ambiente e segurança.

152  
153

154 Hilton, eu sou Engenheiro Químico, Gerente da Unidade de Caetité.

155  
156

157 Bárbara Torres, Governo de Minas Gerais.  
158  
159  
160 Walmir do Carmo, represento as ONGs do Nordeste no CONAMA.  
161  
162  
163 Helder Naves Torres, Ministério de Minas e Energia, suplente no Conselho  
164 Nacional de Meio Ambiente.  
165  
166  
167 José Carlos Gomes Costa, Secretário-Executivo e representante titular do  
168 Ministério de Minas e Energia no CONAMA.  
169  
170  
171 Marcelo Tunes, representante da Confederação Nacional das Indústrias.  
172  
173  
174 Ronaldo Lima, sou geólogo, gerente da área de Licenciamento do Projeto  
175 Minerário da Secretaria-Executiva e Tecnologia do Estado do Pará.  
176  
177  
178 Marcelo Assis, Secretaria-Executiva do CONAMA.  
179  
180  
181 Fernanda Leite, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Qualidade Ambiental.  
182  
183  
184 Aline Silveira de Freitas, Departamento Nacional de Infra-estrutura.  
185  
186  
187 Jorge, Departamento Nacional de Transporte.  
188  
189  
190 Mirian Medeiros, eu sou Assessora do Gabinete de Segurança Institucional e sou  
191 Conselheira do CONAMA também.  
192  
193  
194 Tenente-coronel **Olavo** do Gabinete de Segurança Nacional da Presidência da  
195 República.  
196  
197  
198 Helena Furtado, sou Assessora Jurídica do Gabinete de Segurança Institucional,  
199 responsável pela área (...) na faixa de fronteira.  
200  
201  
202 Suelen, estou como ouvinte, sou da Elabore  
203  
204  
205 Geovana, estou como ouvinte também.  
206  
207

208 **O SR. JOSÉ CARLOS GOMES COSTA (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA) –**  
209 Bom, obrigado. Eu vou propor, como nós temos alguns assuntos, eu não sei se a  
210 Fernanda tem idéia da extensão da discussão, mas eu teria como uma proposta  
211 inicial, se vocês aceitarem, que comecemos com a apresentação da exposição do  
212 urânio, e logo depois nós vamos passar para a discussão e decisão das matérias.  
213 Vocês aceitam? Ok, então eu pediria para a doutora Edna e o doutor Hilton que  
214 pudessem proceder à apresentação, eu quero lembrar que essa apresentação faz  
215 parte de uma demanda do nosso conselheiro Walmir.

216

217

218 **O SR. WALMIR PEREIRA DO CARMO (GRAMA ONG's SUDESTE) –** Bem, eu  
219 moro na Bahia, e como o urânio foi discutido para ser explorado em Caetité, nós  
220 tivemos várias reuniões lá naquela região, nós visitamos as áreas, inclusive. E as  
221 ONGs da Bahia eram contra a exploração, mas nós sabemos que é difícil você  
222 esbarrar a exploração de urânio, quando sabemos que o urânio tem várias  
223 finalidades, inclusive, para a saúde. Então, a partir desse momento que foi  
224 aprovado pelo Ministério de Minas e Energia, nós temos sempre naquela região,  
225 denúncias de que há sempre vazamento dos processos, já saiu no Jornal da  
226 Bahia, várias denúncias, e eu fui eleito para participar dessa Câmara Técnica,  
227 representando o CONAMA. Então, eu achei por bem que nós solicitássemos uma  
228 apresentação para ver como é que está realmente esses trabalhos lá em Caetité,  
229 porque nós temos conhecimento de que aquela região é uma região muito  
230 afetada, tem pessoas que tem alto índice de câncer, e animais, inclusive, nascem  
231 lá com problemas de encefalia, e nós sabemos que temos que ter muito cuidado  
232 para trabalhar com o urânio porque realmente é um elemento muito perigoso, ele  
233 na natureza não tem problema, mas depois que passa a mexer com ele, tem que  
234 termos mais cuidado. E lá a questão é tão forte, nós visitamos várias áreas  
235 chamadas de anomalias, e no dia em que fizemos essa visita, antes da  
236 exploração, nós depois fomos para um cinema assistir aquele programa do SESI  
237 de Goiânia, e dava a impressão de que nós estávamos contaminados. Quem é  
238 ignorante e não conhece a fundo a questão, passa a temer, mas diante das  
239 denúncias que os jornais da Bahia vinham fazendo, eu queria saber como está  
240 sendo esse processo, a questão do transporte, como é que está sendo a  
241 exploração. Por isso que nós solicitamos uma apresentação.

242

243

244 **A SRA. EDNA ELIAS XAVIER (INB) –** Nós vamos fazer a apresentação, a INB, o  
245 Hilton é o Gerente da Instalação, conhece profundamente todo o histórico, ou  
246 seja, esteve lá, retornou às unidades da INB, e hoje é o responsável por lá. Eu  
247 acredito que todos esses pontos que você abordou, seja esclarecido na  
248 apresentação do Hilton, além disso, nós trouxemos algum material da empresa,  
249 infelizmente eu não sabia que teriam tantas pessoas, eu trouxe só dez páginas,  
250 vou pedir ao Helder para distribuir, preferencialmente para os membros da  
251 Câmara Técnica, mas acredito que nós podemos mandar aos órgãos oficiais, se  
252 desejarem. A nossa preocupação primeira é justamente ter respostas técnicas,  
253 Walmir, para todos os questionamentos, eu acho que é o papel do empreendedor,  
254 ou seja, esclarecer para que a sociedade tenha a tranquilidade, ou seja, enxergue  
255 os benefícios, como você começou pontuando, e também nós tenhamos  
256 respostas para essas questões, eu acredito que o Hilton vai poder esclarecer.

257

258

259 **O SR. HILTON (IBN)** – Bom dia a todos. Conforme eu já disse, no início, eu sou o  
260 Gerente da Unidade de Caetité, e trabalho no setor nuclear há mais de vinte anos,  
261 eu fui convidado, tive a oportunidade de trabalhar em Posse de Caldas, ainda  
262 pela antiga Petrobrás, depois eu participei de todo o processo de implantação do  
263 projeto (...) na cidade de Caetité. E agora desde setembro eu retornei à  
264 instalação, depois de trabalhar quatro anos na unidade de Rezende, e estou  
265 novamente como gerente da unidade. Eu trouxe uma apresentação aqui, apesar  
266 de ter vários slides, mas o objetivo eu foquei na questão do que o Walmir levantou  
267 na reunião passada, que são os eventos que saíram nos jornais relativos, de  
268 denúncias de transbordamento, de contaminações, a questão do transporte  
269 também, e uma questão que está sendo muito comentada, que diz que tudo do  
270 setor nuclear é feito na mais profunda obscuridade. Eu posso garantir aos  
271 senhores que isso não é verdade, Caetité, desde o início da implantação, nós  
272 procuramos tornar pública todas as ações nossas. E vou mostrar isso para vocês.  
273 Bom, aqui eu fiz um organograma para mostrar onde é que nos situamos, a  
274 indústria de ferro no Brasil é subordinada à Comissão de Energia Nuclear, que  
275 por sua vez, é ligada ao Ministério de Ciência e Tecnologia. Para quem não  
276 conhece bem as atividades da INB, aqui nós temos um círculo de combustível, no  
277 qual a finalidade da INB como sucessora da antiga Petrobrás, é a produção de  
278 elemento combustível para Angra dos Reis. E Caetité está no início da produção  
279 do ciclo de combustível, pela unidade de mineração de produtos concentrados de  
280 urânio. Depois de concentrado, ele é convertido em gás, e depois que ele está  
281 convertido em gás, ele passa por uma outra unidade de enriquecimento.  
282 Atualmente essa conversão ela é feita no exterior. A reconversão dele depois de  
283 enriquecido para pó é feito na unidade de Rezende, e subsequente tem a  
284 fabricação de pastilhas também em Rezende, e depois passa por outra fase, que  
285 é a produção do elemento combustível também na cidade de Rezende, e por fim,  
286 ele vai para a geração de eletricidade. Aqui é um organograma que dá os prazos,  
287 a conversão é feita atualmente no exterior, e o enriquecimento é feito pela  
288 Europa, mas nós já inauguramos a nossa unidade de enriquecimento de urânio  
289 em Rezende, nós esperamos que no futuro todo urânio enriquecimento seja feito  
290 no próprio Brasil. Depois as unidades de conversão, e o período que leva doze  
291 meses até cinco meses, que é a montagem do elemento combustível final, que  
292 vai para Angra dos Reis. Bom, aqui tem as reservas de urânio atualmente no  
293 país, que são medidas, Lagoa Real em Caetité, nós temos por volta de cem mil  
294 toneladas, o número medido é de noventa mil. Nós temos também uma reserva  
295 do urânio e temos no Rio Cristalino, mas a de Caetité é única que está em  
296 exploração. A nossa finalidade lá é fornecer urânio suficiente para abastecer os  
297 reatores de Angra Um e Dois, portanto a nossa produção está em quatrocentas  
298 toneladas por ano. Essa é uma visão da nossa planta de urânio, nós iniciamos a  
299 construção em março de 1998, e terminamos em abril de 1999, a produção  
300 conforme eu já disse é de quatrocentas toneladas, e estamos fazendo o projeto  
301 para duplicar essa produção. Aqui é uma vista das unidades de Rezende, que é a  
302 fábrica de reconversão, a fábrica de pó, e em seguida tem a fábrica de pastilhas e  
303 a unidade de enriquecimento que está sendo montada. Aqui os números  
304 indicando nas instalações onde ficam essas fábricas, são todas muito próximas  
305 uma das outras. Aqui uma explicação rápida sobre o que é o enriquecimento, o  
306 urânio depois de ser convertido em gás, ele fica na forma de UF-6, e ele é uma  
307 mistura do urânio 235, que é o urânio fício e o urânio 238, que não é fício. Ele  
308 passa por um processo de ultra-centrifugação, e com isso, como eles têm pesos  
309 diferentes, nós concentramos mais em urânio 235. Nós temos um urânio pobre  
310 também que está em processo. É um processo físico, não há liberação de gás ou

311 adição de produtos químicos. Aqui é um fluxograma da reconversão de óxido de  
312 urânio, que é o pó, ele vem do exterior num cilindro, onde o UF-6 é enriquecido,  
313 ele passa por um vaporizador, ele recebe uma solução de amônio e CO<sub>2</sub>, é  
314 precipitado, passa por um leito fluidizado e, posteriormente, passa por um  
315 homogenizador e estabilizador, e sai na forma de pó de UO<sub>2</sub>. Aqui é uma visão  
316 da fábrica de reconversão, a capacidade produtiva dela é de cento e sessenta  
317 toneladas por ano. E seguido, ele vai para a produção de pastilhas de urânio.  
318 Então, ele passa por uma prensa rotativa, o pó do urânio, forma as pastilhas  
319 deles, passa por um forno de sinterização, com altas temperaturas, mais de mil  
320 graus, depois das pastilhas sinterizadas, elas passam por um sistema de retífica,  
321 faz a medição com laser, elas têm que estar milimetricamente precisas, e ficam  
322 prontas para a produção de elemento combustível. Aqui é uma visão da fábrica,  
323 da retífica, e aqui nós temos as pastilhas, que são bem pequenas, a capacidade é  
324 de cento e vinte toneladas por ano. Aqui é uma visão da fábrica de elemento  
325 combustível, lá nos temos elemento de Angra II. Aqui há uma diferença entre o  
326 elemento combustível de Angra I e de Angra II. A finalidade nossa é o elemento  
327 combustível para Angra I e Angra II. A produção de energia de origem  
328 termonuclear não é muito diferente da produção de energia, através de um  
329 elemento combustível de (...), por exemplo, a diferença é a fonte de energia, que  
330 no caso a geração de calor é feito por uma fonte nuclear, o resto, vapores,  
331 gerando turbinas por geradores elétricos. Angra I tem cento e vinte e um  
332 elementos combustível, vai um total de cento e vinte e oito toneladas de urânio; e  
333 Angra II possui cento e noventa e três elementos combustível, que dá duzentas e  
334 oitenta toneladas de urânio. Bom, agora vamos passar à nossa unidade, que é a  
335 unidade de Caetité, aí nós temos uma vista geral, e aqui um tambor com o  
336 produto final nosso. Aí é uma visão da cidade, é uma cidade do anterior do Sertão  
337 Nordeste, é uma cidade que foi muito conhecida no passado e tem toda uma  
338 tradição histórica. Ela fica localizada no sudoeste baiano a mais ou menos  
339 setecentos quilômetros de Salvador, setecentos quilômetros de Brasília,  
340 oitocentos de Belo Horizonte, temos a localização da cidade, e naquele retângulo  
341 amarelo, o local onde ficam as jazidas e as anomalias localizadas na região. Bom,  
342 a metodologia de pesquisa de urânio, tem até geólogos aqui que sabem explicar  
343 isso melhor do que eu, é feita a seleção de áreas, através de análises  
344 bibliográficas, avaliação de dados disponíveis em fotologias. E com isso tem as  
345 áreas que são delimitadas na prospecção. A prospecção regional foi feita  
346 autoportada com radiometria com veículo, e aerogeofísica, usando aviões  
347 também, depois geoquímica, determinação de traço de urânio. Aí vocês têm as  
348 áreas potenciais, e depois a prospecção de detalhe, que é a verificação de  
349 anomalias, isso é feito com o próprio solo, com equipamento, radiometria, é feito a  
350 geologia do local, geoquímica e geofísica, e aí você confirma se naquela região  
351 você realmente tem urânio. Aqui eu trouxe um histórico, então a seleção das  
352 áreas de urânio no Brasil começou desde 1971, e de 1974 a 1979 foi feita essa  
353 prospecção aerogeofísica nessas regiões aí, o espinhaço setentrional, a região de  
354 Diamantina, Brasília/Bahia e São Timóteo. Nessa época, em 1978 houve o  
355 estabelecimento do projeto Lagoa Real; de 1978 a 1994, os trabalhos de  
356 pesquisa; de 1995 até 1998 nós tomamos a decisão de exploração e implantação  
357 do projeto; em 1999 nós terminamos a implantação, e desde 2000 nós estamos  
358 produzindo o concentrado de urânio. Isso aqui são as reservas geológicas,  
359 principalmente nas regiões, nós temos trinta e quatro anomalias, às vezes nós  
360 encontramos trinta e cinco, tem duas que são conjuntas, da ordem de cem mil  
361 toneladas. O teor médio de todas essas jazidas é dois mil e cem ppms. Conforme  
362 o Walmir disse, em Caetité há sessões geológicas, principalmente na que nós



363 estamos explorando, o minério tem uma zona bem definida, e ele é aflorante, ele  
364 se classifica como filoniano, que tem a forma de filé, e com região bem definida.  
365 Então, aqui está uma projeção em cima da reserva de minério da nossa lavra é a  
366 céu aberto. Eu coloquei em 3D para quem tem dificuldade, então nós temos uma  
367 região bem definida do minério. Aí são os blocos de minérios, numa visão de 3D,  
368 quando nós vamos explorar, além do minério nós tiramos estéreo também da  
369 lavra a céu aberto. Aí nós temos um controle, na visão do início da cava, e todos  
370 esses blocos coloridos são os blocos de urânio, o resto que está saindo no  
371 contorno é material estéreo. Uma outra visão dos blocos de urânio, são blocos  
372 num tamanho de 5X5X5. A longo prazo, uma visão da cava final. Aqui é toda  
373 produção nossa de urânio, no mês de maio, ela foi fechada, eu vou trazer para os  
374 senhores aqui, no dia nove de abril. Então, até hoje o nosso empreendimento já  
375 produziu mil duzentos e vinte e seis toneladas de urânio na forma de 3O8. As  
376 nossas metas de produção, atualmente nós estamos fazendo algumas  
377 modificações na planta, visando aumentar a nossa produção. Bom, eu vou  
378 explicar um pouco do processo de como é feito o concentrado de urânio, o  
379 minério que sai da mina que vocês viram aí, ele é transportado, através de  
380 caminhões de vinte e cinco toneladas, ele passa por um sistema de britagem  
381 primária, e por essa correia transportadora nós fazemos um par, tipo uma pilha-  
382 pulmão, em torno de três mil toneladas. Nesse local, onde o minério é depositado,  
383 em baixo há uma correia transportadora com um sistema de vibração. Então, sai  
384 pelas correias transportadoras e vai para um sistema de britagem secundária. E  
385 depois que ele passa pelo biltrador secundário, ele tem um dec, que nós  
386 classificamos aquele urânio que já está no diâmetro ideal para lixiviação, através  
387 do sistema de peneiras, e os que estão acima desse diâmetro definido, que ele  
388 tem dezenove milímetros, ele passa por um outro biltrador, para chegar com uma  
389 organometria bem definida. Depois que ele passa por essa unidade biltragem  
390 terciária, ele sai por uma correia transportadora, vai para um silo e alimenta a  
391 usina para a formação de pilhas; antes de chegar à formação de pilhas, implantar  
392 um sistema de abatimento de poeira, e quando ele está na correia transportadora,  
393 ele também sofre adição de 4% (quatro por cento) de água, evitando a formação  
394 de pó; passa por um processo de cura ácida, que nada mais é do que adição  
395 ácido sulfúrico para aglomeração das pequenas partículas, já começa uma  
396 lixiviação propriamente dita, a extração do urânio, e também não há formação de  
397 poeira, e eles seguem para esse pátio, onde nós fazemos o empilhamento. Aqui  
398 já é uma pilha formada, as pilhas nossas tem de vinte e cinco a trinta em cinco mil  
399 toneladas, a lixiviação nossa é feita com ácido sulfúrico que é aspergido em cima  
400 da pilha. Aqui têm os detalhes, nós não usamos as (...) que provocam névoa,  
401 depois de vários testes, nós chegamos à conclusão que esse gotejadores, que  
402 nós chamamos de (...), ele é composto por um reder principal, e é uma mangueira  
403 com vários furos. Então, é feito por gotejamento, com isso evita uma substância  
404 ácida, no caso ácido sulfúrico, essa solução ácida quando aspergida em cima da  
405 pilha, ela percola fazendo a lixiviação, ou seja, a lixiviação do urânio. Aqui é um  
406 detalhe da formação de pilha, esse pátio tem uma inclinação, e todo ele é  
407 impermeabilizado com mantas de PAD, e abaixo dele tem argila compactada.  
408 Outro detalhe, depois que nós fazemos a lixiviação, o licor de urânio, ele vem por  
409 gravidade. Aqui tem uma visão do pátio, e ele segue para as nossas piscinas de  
410 licor de urânio. Essa outra aqui é uma piscina de água, para fazer a lavagem da  
411 pilha no final de todo o processo, e essas duas grandes aqui são de água bruta,  
412 fornecimento de água de processo nosso. É uma outra visão, aqui nós temos os  
413 pátios de lixiviação, a bacia que recolhe esse primeiro licor lixiviado, com a bacia  
414 que nós deixamos o licor na condição ideal de alimentar a usina, essa aqui é uma

415 bacia que tem por finalidade lavar a pilha depois que termina o processo de  
416 lixiviação, de ácido residual, e as duas são de água bruta para o fornecimento de  
417 água para todo o processo. E ali nós temos uma visão da usina de  
418 processamento. Depois que o urânio é encaminhado para a planta, ele passa por  
419 um processo de clarificação, infiltração, para evitar que haja ácido sólido em  
420 suspensão. E aqui nós temos o sistema de extração e reextração, ou seja, nós  
421 fazemos o licor de urânio em contato com a solução extratante, que é uma  
422 mistura de uma mina terciária, querosene e um álcool tridogonal. Depois, passa  
423 para reextração, que ela é feita com cloreto de sódio, em função de cozinha. E ele  
424 vai para essa unidade aqui, onde nós temos a precipitação de urânio, a filtração e  
425 secagem. Esses são os reatores de precipitação, isso é feito com dióxido de  
426 amônio; o licor de urânio entra num reator desse, e ali controla a temperatura,  
427 adicionado ao dióxido de amônio, ele faz a precipitação, vai para um decantador  
428 ou para um filtro rotativo, posteriormente, ou para uma centrifuga. Essa aqui é  
429 uma visão do secador, ou seja, a pessoa não tem contato nenhum com o urânio,  
430 é tudo dentro de tubulações, e do secador ele vai para o itamberamento. Aqui é  
431 uma visão do itamberamento de urânio, e o produto final nosso, ele contém 87%  
432 (oitenta e sete por cento), 25% (vinte e cinco por cento) de urânio natural, nós não  
433 fazemos nenhuma modificação do urânio, o urânio da forma que está na  
434 natureza, ele está apenas mais concentrado. Agora, eu foquei nas questões que o  
435 Walmir levantou, que é o transporte do concentrado de urânio, como ele é feito.  
436 Bom, o material, ele é denominado concentrado de urânio e classificado como  
437 material de baixa atividade específica, fisicamente todos os apresentam com um  
438 pó fino de cor amarela, conforme vocês viram no slide, e trata de um composto  
439 solúvel em ácidos diluídos. O nosso plano de transporte é aprovado pelos órgãos  
440 fiscalizadores e tem caráter reservado pela norma do CIPROM, e ele tem que  
441 seguir comunicações prévias e posteriormente, ou seja, nós não fazemos o  
442 transporte escondido, quando vai haver o transporte de urânio, todos os órgãos  
443 ambientais são avisados, e nós temos todo o acompanhamento. Para fazer o  
444 nosso plano de transporte, nós seguimos toda essa legislação, aí são as normas  
445 do CNEN, nós temos as diretrizes básicas de radio proteção para não expor o  
446 trabalhador a nenhuma norma desnecessária, e resoluções do CONAMA,  
447 resoluções do CIPROM e decretos também do Ministério dos Transportes. Os  
448 objetivos, no caso aqui, garantir o adequado mantendo a segurança e integridade  
449 dos mesmos, e procura estabelecer diretrizes, o planejamento de transporte  
450 rodoviário e seguro de tantas toneladas, varia de acordo com a nossa produção,  
451 na forma de amônio, desde a unidade de concentrado de urânio em Caetité até o  
452 Porto de Salvador. O condicionamento, é condicionado em tambores de duzentos  
453 litros, confeccionados em chapa de ácido dezoito, com espessura de 1,6  
454 milímetros, com tampas removíveis, provida de guarnição de borracha,  
455 dispositivos de fechamento de chapa, um detalhe técnico de como ele é feito. Aí é  
456 um detalhe do tambor. Aqui é uma área de estocagem nossa, e aqui o urânio é  
457 colocado dentro dos containers, vocês vêem que todos os tambores tem uma  
458 quantidade máxima que se coloca, todos os tambores são calçados, inclusive,  
459 com madeiras, como tem ali dentro, para evitar qualquer tipo de movimentação  
460 dos tambores durante o transporte. Ele é todo fiscalizado, aqui é um técnico da  
461 CNEN, e esse é o lacre do container, que é colocado pela CNEN – Comissão  
462 Nacional de Energia Nuclear, não é a INB que faz o lacre dos containers. A  
463 documentação que segue no transporte contém a (...) de monitoração da carga do  
464 veículo, a autorização para o transporte, a declaração do expedidor, material  
465 radioativo, certificado das partes e outros documentos, como declaração do  
466 CNEN, checklist, notas fiscais, recibos de intercâmbio dos container e as licença

467 de liberação do transporte, pelo IBAMA. E isso aqui é o monitoramento de todas  
468 as regras, tudo isso é devidamente monitorado, registrado e faz parte de toda  
469 documentação que acompanha o transporte. Aqui é uma visão do comboio,  
470 quando ele sai de Caetité, trafega com uma velocidade máxima de 90km/h, é feito  
471 com batedores da Polícia Rodoviária e carros da INB que acompanham. Nós  
472 temos um monitoramento efetivo de todo o transporte. Esse carro é da empresa,  
473 vocês vêem que ele tem uma antena para telefone celular via satélite, então a  
474 qualquer emergência, existe controle de prontidão da INB, e todo esse transporte  
475 é monitorado. Uma outra visão dele, ele tem paradas programadas, locais de  
476 almoço, acompanhados pela Polícia Rodoviária Federal e Estadual, além dos  
477 carros da INB. E aqui a chegada ao Porto, com o embarque dele, a partir do  
478 momento que ele é colocado no navio, não é mais a responsabilidade da INB o  
479 transporte, é da capitania. Bom, outra coisa que eu procurei focar aqui é a  
480 questão dos líquidos tratados, nosso procedimento gera rejeitos sólidos oriundos  
481 da mina e da própria lixiviação do minério na usina que vocês viram, depois que  
482 tiramos aquele urânio das pilhas, nós temos que direcionar esses rejeitos sólidos.  
483 Aqui é a bacia que recebe os nossos efluentes líquidos nossos. E a parte sólida,  
484 ou seja, o estéreo da mina e os rejeitos de minérios lixiviados, eles são dispostos  
485 na área, é uma área previamente selecionada e estudada, onde nós removemos  
486 a camada de tópio sóio, essa camada é guardada do lado, e nós fazemos o  
487 depósito de estéreo através do sistema modular, uma outra visão dele um pouco  
488 mais próxima. Os detalhes construtivos e de segurança, as bacias de efluentes  
489 líquidos, todo o efluente líquido, nós não temos barragem de rejeito, é feito em  
490 bacias com dreno subaéreo, que é uma evolução tecnológica, porque todos nós  
491 aqui sabemos os problemas causados por uma barragem de rejeitos. Os  
492 efluentes, depois de serem tratados com cal, até mais ou menos um pH de 10,  
493 são enviados para essa bacia. E aqui há precipitação, e os líquidos depois são  
494 separados através dessa drenagem subaérea, que são reders totalmente  
495 furados com uma camada de (...) em volta, para evitar rasto de efluentes sólidos.  
496 E eles são encaminhados para a usina, nós não liberamos efluentes da usina  
497 para o meio ambiente, nós retornamos todos esses efluentes para a própria usina.  
498 Entre a primeira bacia que nós construímos e a segunda, nós já fizemos uma  
499 inovação tecnológica, então nós temos um reder principal aqui, e como os reders  
500 intermediários que alimentam esse reder principal, o retorno da água para o  
501 processo. Aqui um detalhe, depois que é terminado a colocação por reder  
502 principal e do sistema geodreno, ele é coberto com uma camada de argila, de  
503 areia no caso, para evitar a formatação dessas tubulações, ou seja, para evitar  
504 que os efluentes sólidos, que eles fechem a tubulação, para melhorar a  
505 passagem. Essa aqui é a segunda bacia, a confecção dela, ela é feita com  
506 cinquenta centímetros de argila compactada, e em cima dessa argila nós  
507 colocamos uma manta de PAD. A inovação tecnológica que eu falei nessa  
508 segunda bacia de afluentes, é que de baixo dessa manta, nós colocamos o  
509 sistema de geodreno que nos possibilita a detectar qualquer tipo de vazamento,  
510 que qualquer líquido que possa passar pela manta, ele é imediatamente  
511 detectado por um sistema nosso, que nós chamamos de DDE. É uma visão da  
512 primeira bacia, essa aqui é a segunda. Ali são os geodrenos, eles são todos  
513 colocados, o fundo da bacia ele tem inclinação, e nós colocamos um geodreno no  
514 sentido longitudinal, para que possa captar qualquer tipo de vazamento, e  
515 também aqui na parte central e no fundo da bacia. E isso nós temos uma  
516 tubulação que constantemente é inspecionada e monitorada, não só por nós, mas  
517 também pela Comissão Nacional de Energia Nuclear. Há um técnico residente,  
518 que todos os dias passa aí e verifica algum tipo de vazamento na bacia. Os

519 detalhes da bacia de licor e de urânio. Eu já expliquei como funcionam esses  
520 sistemas de DDR, nada mais são do que drenos e tubos que recebem de líquido  
521 e ela é totalmente monitorada por nós. Essa aqui é aquela primeira bacia, aquelas  
522 duas bacias grandes que eu mostrei para vocês que contem água tratada, águas  
523 de processo, nós fizemos uma modificação nela recentemente, isso aqui é foto do  
524 trabalho que foi feito, tem uma parte dela que foi feita em corte; a outra, em  
525 aterro. Nós removemos a mata, aumentamos a camada da argila compactada, é  
526 feita uma compactação com controle técnico. E esses são os sistemas de  
527 geodrenos. Então, qualquer líquido que passar pela manta, ele é recolhido aqui e  
528 vai para o sistema de detecção nosso. Vejam bem, senhores, a camada de argila  
529 compactada é a principal barreira física nossa para que não haja contaminação  
530 ambiental, a camada de PAD tem por finalidade não só aumentar essa barreira,  
531 como também fazer com que o licor de urânio não sofra nenhum tipo de  
532 contaminação, não haja nenhum arraste em contato com o material argiloso. Aqui  
533 são as solas das mantas, é uma equipe especializada, não é da INB, esse serviço  
534 é contratado, e é feita a solda nas mantas. Essa bacia aqui, como nós estamos  
535 reformando ela, nós fizemos a colocação dos EDRs entre a manta e camada de  
536 argila, posteriormente ela vai receber uma segunda manta, e esse sistema de  
537 detecção vai existir entre a manta inferior e a manta superior, isso para o tanque  
538 também de água tratada. Outro assunto que eu estou colocando são as bacias de  
539 finos, eu quero esclarecer para o Walmir, as denúncias de vazamento que houve  
540 foram nessas bacias de licor de urânio, na época nós não tínhamos esse sistema  
541 de DDRs, nós tínhamos apenas um sistema de argila compactada com a manta  
542 de PAD em cima, e sempre nós da INB tínhamos e temos até hoje como a  
543 principal barreira, a camada de argila compactada. Na época da denúncia do  
544 vazamento, o que aconteceu? Aquelas soldas que vocês viram ali, em alguns  
545 pontos houve o rompimento da solda, e o líquido passou entre a manta e ficou  
546 retido na camada de argila, e foi amplamente divulgado isso como vazamento,  
547 não houve contaminação ambiental, nós retiramos essa manta, monitoramos o  
548 sistema de argila, isso foi acompanhado pela própria Comissão Nacional, e  
549 posteriormente nós propusemos para a Comissão, essa inovação, esse sistema  
550 de segurança a mais, nos locais onde ficam as nossas bacias, nós já perfuramos  
551 até a uma profundidade de sessenta e cinco metros, e não tem em lençol freático,  
552 a partir de quinze ou quarenta e cinco metros, nós temos um local que nós já  
553 encontramos um solo mais úmido. Então, nós delimitamos um local nosso como  
554 um lençol subterrâneo, que realmente não existe no local. Aqui nós temos uma  
555 visão da mina, dos depósitos estéreis, da usina lá no fundo e das bacias que eu  
556 falei para vocês que recebem os efluentes. Aqui com mais detalhes, os depósitos  
557 construídos de forma modular, a bacia de efluentes líquidos, e todas as águas de  
558 chuvas, todos os líquidos que percola sobre os depósitos estéreis e pela própria  
559 mina, são conduzidos por essas bacias aqui. São os detalhes que não pede os  
560 depósitos estéreis, e existem canaletas para a condução dessas águas de  
561 chuvas. Essas aqui são as bacias de captação de águas da chuva, que podem  
562 estar arrastando sólido oriundo ou dos depósitos estéreis ou da própria mina.  
563 Todo mundo sabe que uma obra de engenharia, ela tem que ter segurança, então  
564 desde a época em que foi confeccionado existe um sistema de comportas, para  
565 que se houver as chuvas torrenciais não corre o risco dos sistemas de bacias  
566 romperem. Aqui são detalhes, a cava da mina é enviada para a canaleta, vai para  
567 uma pré-bacia e depois para as bacias de finos, e toda vez que há chuva muito  
568 grande e nós termos um depósito muito grande de água, nós procuramos  
569 bombear para outras bacias. O projeto foi concebido de forma a não liberar  
570 efluentes de espécie alguma, isso está mudando porque foi uma visão nossa de

571 poder reciclar e recuperar todas essas águas, justamente porque nós temos muita  
572 carência de água no local, a nossa água ela é oriunda de precipitações e de  
573 poços cavados, existem cento e vinte postos para retirarmos águas subterrâneas,  
574 mas com o tempo, em função dessas chuvas torrenciais, nós já mudamos essa  
575 concepção diante da própria Comissão Nacional de Energia Nuclear, hoje nós já  
576 podemos até liberar efluentes, deliberamos eventualmente essas águas de chuva,  
577 a partir do momento que todas as bacias estão com o estoque muito grande,  
578 porque não é interesse nosso liberar água para o meio ambiente, nós utilizamos  
579 muita água. Bom, eu falei que houve chuvas fora do previsto, todo mundo sabe,  
580 eu não sou meteorologista, mas ultimamente o clima tem mudado bastante. E no  
581 ano de 2003, no dia quatorze de janeiro, no dia dezenove de janeiro de 2004, no  
582 dia nove de fevereiro de 2004 e no dia dezessete de fevereiro houve chuvas  
583 torrenciais na região. Em 2005 não aconteceu nenhum um tipo de transbordo, nós  
584 não chegamos nem encher aquelas bacias. Essa aqui é uma visão do que  
585 aconteceu no dia dezenove de janeiro de 2004, a precipitação foi muito intensa,  
586 rapidamente encheu todos os depósitos, e para que não houvesse o rompimento  
587 das bacias, o que nós fizemos? Abrimos as comportas para liberar a água da  
588 chuva para o meio ambiente. Esse último evento foi acompanhado pela CNEN,  
589 aqui tem um carro da Comissão Nacional de Energia Nuclear, e tinha um diretor  
590 da CNEN presente nesse episódio aí. Uma visão aqui da bacia com as comportas  
591 abertas. Aqui é a saída da bacia, nós vemos o volume de água que foi muito  
592 intenso. Então, foi amplamente divulgado o vazamento de material radioativo para  
593 o meio ambiente, nada mais aconteceu do que chuvas torrenciais que passaram  
594 pela mina nossa e pelos depósitos estéreis. E essa água teve que ser liberada  
595 para o meio ambiente. Posteriormente a essas bacias que eu mostrei para vocês,  
596 existe uma outra bacia, uma bacia de águas claras, que é a bacia de captação  
597 nossa, onde nós esbarramos um pouco da água da chuva, e é uma bacia com  
598 amplo abastecimento da usina. Então, toda essa água foi liberada, as bacias de  
599 finos, aliás, não chegou nem atingir essa bacia, porque o solo demora muito  
600 tempo para encharcar, principalmente o solo do nordeste, até chegar à bacia leva  
601 um tempo muito grande. Esse episódio do dia dezenove, nós fizemos todo um  
602 monitoramento, e não detectamos nenhum tipo de contaminação ambiental. Aqui  
603 é a relação das licenças nossas desde a implantação do projeto, atualmente a  
604 licença do IBAMA que está válida é essa licença aqui, a 274/2002, ela tem  
605 validade até o dia vinte e nove de outubro de 2006. E a licença da CNEN, que  
606 através da Portaria nº. 28, publicada no dia sete de outubro de 2005, tem validade  
607 até o dia sete de outubro de 2006. E as outras licenças foram ao longo do  
608 empreendimento, da montagem, nós nunca operamos sem estarmos  
609 devidamente licenciados, nunca ficamos um dia operando sem ter as licenças.  
610 Nem a CNEN nem o IBAMA nunca gastaram com licenças. São outras licenças  
611 que nós tivemos, de outorga de água subterrânea, certificado de registro, o  
612 Ministério do Exército que trabalha com explosivos, na própria Polícia Federal  
613 alguns produtos de laboratórios. Aí a continuidade das licenças. Esses são  
614 programas que nós efetivamente executamos, que foram frutos do licenciamento  
615 com o IBAMA, sistema de garantia da qualidade, monitoramento da qualidade das  
616 águas subterrâneas, qualidade das águas superficiais de chuva, qualidade do ar,  
617 acompanhamento de processo erosivos, sensorialmente, alterações do solo,  
618 remoção de nutrientes da matéria orgânica. Toda vez que fazemos um depósito  
619 de estéreo, a matéria orgânica é retirada, existe um programa de  
620 acompanhamento disso aí até a reutilização; o programa de educação ambiental,  
621 recuperação de áreas degradadas, gerenciamento de rejeitos. Esses são os  
622 programas de exigência da CNEN, são um número de dez, alguns são

623 semelhantes, como o de Garantia da Qualidade, Gerenciamento de Rejeitos,  
624 Proteção Respiratória, Proteção contra Incêndio, Produção Física, Controle de  
625 Material Nuclear, Programa de Coleta Conjunta. De seis em seis meses ou de  
626 ano em ano, a Comissão Nacional de Energia Nuclear, ela faz uma coleta  
627 conjunta e faz a análise do material coletado e nós também fazemos a nossa, e  
628 comparamos os resultados. E outros programas também de outros órgãos  
629 relativos ao Ministério do Trabalho, Saúde Equacional, Segurança Industrial,  
630 Gerenciamento de Riscos, Conservação Respiratória, Conservação Aditiva. E nós  
631 temos o nosso programa de educação ambiental. Nesse ponto que eu queria  
632 chegar e falar, porque essa obscuridade que eles falam que o setor nuclear, às  
633 vezes, não divulgam o que está fazendo, isso nunca ocorreu em Caetité, nós  
634 temos um projeto florestal, que nós fazemos (...) de fauna e flora, convênios com  
635 escolas da rede pública; implantamos o Centro de Educação Ambiental, fizemos  
636 hortas comunitárias, tem programas de coleta seletiva, projetos da Casa Anízio  
637 Teixeira, que existe uma biblioteca móvel. Quando nós iniciamos a implantação  
638 do projeto, bem antes da audiência pública, nós procuramos manter um programa  
639 de palestras para esclarecer a comunidade do que estava sendo proposto para  
640 implantar no Município de Caetité. Aqui no ano de 2007, vinte e uma palestras  
641 públicas antecederam a audiência pública, nós oferecemos a qualquer órgão,  
642 qualquer comunidade, para levar e fazer esse esclarecimento a respeito da INB,  
643 fizemos palestras na Câmara de Vereadores de Lagoa Real de Caetité, na Loja  
644 Amazônica, na Igreja Batista, Associação de Agricultores, Moradores, Associação  
645 de Moradores de Auto Buenos Aires. E tudo isso devidamente registrado. E  
646 através dos convênios que nós fizemos, das palestras, nós procuramos registrar  
647 convênios com escolas. Aqui é na Câmara de Vereadores de Lagoa Real. Aqui é  
648 um Programa de Educação Ambiental que nós implantamos na Escola Senador  
649 Anízio Teixeira. Eles mesmos fizeram uma semana de Meio Ambiente, que nós  
650 participamos efetivamente. Nós fizemos tanta palestra que chegamos até a  
651 influenciar a Região do Serão Nordestino, porque a festa mais tradição que se  
652 tem no Nordeste é o “São João”, todo mundo sabe que na época se tem fogueira  
653 e tal, e aqui na Comunidade de Santa Luzia, fruto de nossas palestras, eles  
654 fizemos um “São João Ecológico”. Este ano ninguém queimou nenhuma árvore,  
655 nem queimou nenhuma fogueira, nós fomos convidados, eles colocavam a  
656 madeira, colocavam uma lâmpada vermelha com um papel vermelho, nós fomos  
657 convidados, e para nós foi um motivo de muito orgulho, nós estávamos fazendo  
658 multiplicadores com relação ambiental na região. A Horta Comunitária que nós  
659 cedemos para a Associação de Moradores, hoje está com prefeitura, e ela foi  
660 inaugurada pelo Governador da Bahia, na época ele era Senador, o Paulo Souto.  
661 Fizemos campanhas educativas, nós não só levávamos o esclarecimento sobre a  
662 INB, como também incentivávamos os alunos e a comunidade a tomar atitudes  
663 ambientais. Aqui é um distrito próximo à região, um empreendimento nosso, ele  
664 estava com muita sujeira, muito lixo espalhado, e foi feita uma campanha pela  
665 escola com a participação efetiva da INB. Aqui são visitas ao nosso Centro de  
666 Educação Ambiental, nós temos árvores centenárias lá, as gameleiras. Aqui são  
667 visitas também ao Centro de Educação Ambiental. E também todas as feiras de  
668 ciência, feiras de colégios nós sempre participamos. Houve um “Cultura na  
669 Praça”, nós fomos convidados e participamos também. O eito florestal é nosso, é  
670 feito na unidade de recuperar áreas degradadas, não só por nós, mas também  
671 pelos antigos proprietários, reservar espécies da flora, nativas; proteger animais;  
672 contribuir para a Educação Ambiental. Esse aqui, eu queria mostrar para vocês,  
673 antes mesmo de implantar o empreendimento, nós começamos a fazer os  
674 primeiros testes da implantação do eito florestal, isso foi em 1997. Então, esse

675 cuidado ambiental nosso sempre surgiu bem antes da construção da usina. No  
676 ano de 1998 já estávamos implantando. No ano de 2000 já estávamos produzindo  
677 mudas, e já recuperando áreas de antigos proprietários e algumas áreas  
678 degradadas nossas. Nós fazemos toda a catalogação de áreas na região, e  
679 aquelas que são matrizes nossas, nós colocamos uma tarja vermelha. Durante a  
680 implantação do empreendimento sempre tínhamos que fazer corte de árvores, aí  
681 quando elas eram identificadas, nós procurávamos o máximo preservá-las,  
682 porque era uma fonte de sementes nossa. Esse aqui é um pesquisador Henri  
683 Lorensi, ele já tem vários livros publicados, quando ele soube desse trabalho  
684 nosso na Bahia, ele foi nos visitar e fez essa foto, inclusive, foi colocada no livro  
685 dele sobre “Floras Brasileiras”. Esse aqui foi um convênio que nós fizemos com  
686 FEEMA no Rio de Janeiro, nós fazemos a catalogação científica de (...) da região.  
687 Programas de Educação Ambiental. Fui passar o Dia Mundial do Meio Ambiente  
688 comemorando em várias comunidades no entorno nosso. Aqui são prefeitos da  
689 região que estavam nos visitando. E aqui o nosso Programa de Coleta Seletiva,  
690 nada lá é jogado no lixo sem aproveitamento, nós separamos garrafas pet,  
691 papelão, vidros, metais. A INB doou uma biblioteca móvel para a Casa Anízio  
692 Teixeira, e através dos trabalhos educativos que a casa promove na zona rural,  
693 nós participamos ativamente com eles. Aí são atividades da Escola Anízio  
694 Teixeira, com a participação da INB, reciclagem de materiais. E aqui os números  
695 do nosso programa ambiental, no final de 95, nós atingimos uma recuperação de  
696 noventa hectares de áreas degradadas, nós plantamos mais de oitenta e cinco mil  
697 mudas de espécies nativas, e nós estamos com (...) de sementes nessa região,  
698 de mais ou menos quatrocentos e sessenta e cinco quilos de sementes, e nós já  
699 temos um empreendimento de quatrocentos e trinta espécies nativas catalogadas  
700 e identificadas; já tivemos uma produção de mais de quatrocentos e oitenta e  
701 cinco mil mudas. E temos dezenove mil matrizes, ou seja, árvores que fornecem  
702 sementes, aquelas com tarjas vermelhas totalmente identificadas. Também  
703 matéria orgânica não vai para o lixo, nós fazemos a reciclagem, já produzimos  
704 mais de cem toneladas de adubos; temos duzentos e quarenta catalogação  
705 científica da espécie. E na área de reciclagem, trinta toneladas de papelão, dois  
706 mil quilos de plásticos e vidros e dezesseis toneladas de metal. E os números da  
707 educação ambiental, nós já fomos visitar cinqüenta e duas instituições diferentes,  
708 oriundos de quarenta e duas cidades da região. Recebemos no nosso Centro de  
709 Educação Ambiental, mais de dezoito mil e quinhentos pessoas, e recebemos  
710 convites de setenta e uma diferentes instituições, que nós participamos com  
711 informações sobre a INB e Programa Nuclear. Então, nós já atingimos um público  
712 superior a cinqüenta mil pessoas, levando informações sobre a nossa atividade.  
713 Bom, aqui é o Programa de Monitoração Ambiental, foi feito nas unidades da INB,  
714 em Rezende, em Caldas, (...) e Caetité. Às vezes jogamos água potável, água de  
715 superfície, água subterrânea, água de chuvas, solo, peixe, pastos, produtos  
716 agropecuários, gás e radiação solar na região de Caldas. Esse aqui são a  
717 quantidade de (...), a Comissão Nacional de Energia exige que nós façamos esse  
718 monitoramento de (...), e os números de Caetité são até superiores às outras  
719 unidades, justamente porque estávamos em fase de implantação, tivemos que ter  
720 um banco de dados bem preciso. A INB realiza em torno de sete mil e novecentas  
721 análises, e Caetité contribui com um número significativo, só de urânio Caetité faz  
722 mil e trezentos análises por ano. A educação ambiental, os números de Caetité  
723 até 2002 são bem mais expressivos, de forma que o nosso empreendimento em  
724 Caetité, ele focou muito na questão de esclarecer o público. E aqui por fim, eu  
725 mostro alguns trabalhos de recuperação ambiental feitos pela INB nas suas  
726 diversas unidades, aqui uma recuperação de uma área em Goiana, no norte do

727 Rio de Janeiro, na região de Campos. Era isso que eu tinha para apresentar,  
728 espero não ter sido bastante longo, procurei correr, para ver se tornava menos  
729 cansativo. E estou aberto à pergunta ou a qualquer esclarecimento que se fizer  
730 necessário. Muito obrigado.

731

732

733 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Obrigado, Doutor Hilton, obrigado à  
734 Doutora Edna, pela a apresentação, à direção da INB. E começando as  
735 perguntas, eu passarei a primeira palavra aos membros da Câmara Técnica, e  
736 depois aos demais participantes para as perguntas e esclarecimentos.

737

738

739 **O SR. WALMIR PEREIRA DO CARMO (GRAMA ONG's SUDESTE)** – Eu  
740 confesso que estou surpreso, acho que não tem nenhum problema, está tudo  
741 100% (cem por cento) regularizado. E os derramamentos que realmente houve  
742 lá? Você explicou no início que realmente teve esse escapamento, e o jornal da  
743 Bahia deu ampla divulgação a esse processo. Eu queria saber também em  
744 relação ao monitoramento, que periodicidade o senhor faz esse monitoramento, e  
745 se esse material está disponibilizado para as comunidades? Aquela água de  
746 processo, ela fica ali retida muito tempo, claro que ela vai ter uma evaporação,  
747 isso não traz problemas para o meio ambiente ou para as comunidades? Essa  
748 exploração tem uma vida útil, a água de processo vai ficar ali retida, lógico que ela  
749 vai ter uma evaporação. Eu sou um leigo no assunto, estou questionando por  
750 questão de curiosidade. Essa evaporação não traz nenhum risco para as  
751 comunidades, para fauna e flora? O período de licenciamento, vocês vão fazendo  
752 a exploração, e esse (...) é recuperado assim que termina a mina, a exploração?  
753 Basicamente são as perguntas que eu queria saber. Em relação às doenças que  
754 ocorrem lá, câncer, loucura, eu queria saber se isso tem vínculo direto com a  
755 atividade do urânio.

756

757

758 **O SR. HILTON (INB)** – A sua primeira pergunta que foi relativa ao vazamento. Eu  
759 procurei mostrar naqueles slides, quando eu mostrei a bacia. Então, eu expliquei  
760 para você que a principal barreira física de controle para que não haja nenhum  
761 tipo de contaminação ambiental, é aquele (...) na argila, uma argila específica, ela  
762 é compactada, é feito todo um controle tecnológico nela. E posteriormente em  
763 cima da argila, há uma de PAD de um milímetro, essa é a nossa segunda  
764 barreira, existia nas bacias de licor de urânio no ano de 2000. O que ocorreu,  
765 conforme eu expliquei, é aquelas soldas que eu mostrei para vocês, a solda  
766 rompeu, não foi bem feita, hoje já houve uma inovação tecnológica no próprio  
767 processo de solda, e o licor de urânio estava em cima da manta, ele passou pela  
768 manta de PAD e ficou retido na camada de argila que tem essa finalidade. Não foi  
769 nada de contaminação para o meio ambiente, ficou tudo retido no sistema nosso  
770 de contenção. Então, realmente pelo que foi divulgado, do ponto de vista de  
771 vazamento, eu até na época, eu achei um termo bastante pesado no vazamento,  
772 porque o meu modo de entender, eu entendia o vazamento como se tivesse  
773 transbordado da bacia, mas como ele ficou todo retido no sistema de contenção,  
774 e eu na época recebi até umas críticas porque eu não encarava isso como  
775 vazamento. Nós temos uma barreira física, se o licor de urânio saiu da primeira  
776 barreira e ficou retido na segunda. Então, eu particularmente não entendi que  
777 havia tido vazamento, se tivesse transbordado para o meio ambiente, eu  
778 concordaria com esse termo vazamento. Mas, enfim, foi divulgado pela mídia, e o



779 que nós fizemos para melhorar essa situação? Nós promovemos mais segurança  
780 ao sistema. Então, hoje nós temos o sistema duplo de (...) PAD entre a manta  
781 superficial e a segunda manta, há um sistema de geograma, qualquer líquido que  
782 passe, seja água tratada, seja água do processo, água de lavagem, o mesmo licor  
783 do urânio que passa pela primeira manta, a reitoria diz que não vê o dreno, vai  
784 para um recipiente que é um sistema de DDRs, um dispositivo que nós  
785 preparamos esse líquido e monitoramos, é feito monitoramento em todo o plano,  
786 no início do plano e no final do plano isso é registrado, se há a presença de  
787 líquidos ou não, e eu lhe asseguro que todos os dias passa um técnico da CNEN,  
788 pega as planilhas e verifica. E também mais um sistema de segurança, que entre  
789 o larva de argila compactada e a manta inferior, também existe esse mesmo  
790 sistema de detecção que periodicamente é monitorado e acompanhado toda  
791 semana. A outra notícia de vazamento que houve foi aquelas chuvas torrenciais  
792 que eu te mostrei, e eram água de chuva, o material que tinha ali em termos de  
793 urânio, há rasto de algumas pastilhas que resistiram ao longo do caminho,  
794 depósito de urânio também dentro da própria mina, são materiais de urânio  
795 natural de baixíssima atividade, e ficou dentro da nossa área depois que nós  
796 abrimos as comportas. Hoje já existe autorização da própria CNEN, para  
797 liberarmos essas águas para o meio ambiente, principalmente porque elas ficam  
798 contidas na próxima barragem. Em Posse de Caldas é a instalação licenciada,  
799 todas essas águas de chuva que percorrem pela mina ou pelos depósitos  
800 estéreis, elas são monitoradas e são liberadas para o meio ambiente. E Posses  
801 tem muita água e não tem como fazer o que nós fazemos em Caetité, porque a  
802 água para nós lá é um bem precioso. Por isso nós tentamos liberar água para o  
803 meio ambiente. Nós temos todos os programas estabelecidos para CNEN e pelo  
804 próprio IBAMA, e nós fazemos o monitoramento constante, alguns  
805 monitoramentos são mensais, outros são trimestrais, e todo ano é emitido  
806 relatórios anuais e trimestrais para o IBAMA e para a CNEN, alguns tem a  
807 periodicidade semestral, e outros anual; nós não só monitoramos a água de  
808 superfície, como também água subterrânea, água de chuva, aerossóis. Então,  
809 qualquer produto que possa ser arrastado por via área, nós temos os filtros  
810 nossos, nós temos o sistema de molas com coleta de amostras de ar, recolhe-se  
811 o filtro e faz a análise. Então, esse programa aí existe desde a época pré-  
812 operacional, onde foi caracterizado todo o site, e atualmente nós não temos  
813 nenhum impacto significativo. Com relação a essas bacias, recentemente nós  
814 contratamos uma quarta empresa para fazer todo o levantamento, primeiro nós  
815 contratamos um consultor que era ligado à Universidade de Brasília, o Doutor  
816 Geraldo, ele fez todo o cálculo de migração iônica, mas como ele não era oriundo  
817 do setor nuclear, ele não fez o cálculo de dose. Recentemente o CBTN, que é o  
818 Centro de Tecnologia Nuclear de Belo Horizonte, ele fez o sistema de  
819 monitoramento e chegou ao cálculo de dose, se houve essa liberação de algum  
820 efluente, e as doses foram insignificantes. Atualmente foi contratado a COPITEC.  
821 Esse cálculo de que forma ele é feito? Nós pegamos o cenário mais crítico  
822 possível, então ele considerou sem a manta, somente com a camada de argila,  
823 numa condição totalmente favorável à migração iônica, ou seja, você parte do  
824 pressuposto que você vai ter aquele efluente seu ali, de forma permanente até a  
825 saturação do solo, aqueles que têm condições ideais para a migração dele, e ele  
826 migrando por todo o solo natural, até pegar uma camada de água subterrânea e  
827 chegar a alguma população, o cálculo de dose, a possibilidade é considerada  
828 insignificante. Eu me lembro que no primeiro estudo até se atingia o primeiro  
829 lençol, os primeiros contatos nossos de água levou mais ou menos mil e duzentos  
830 anos. Isso com condições totalmente favoráveis. Você falou num outro assunto,

831 sobre anomalias genéticas na região, eu acho lhe asseguro que isso é tudo  
832 especulação, não existe nenhum estudo científico que comprove que Caetité  
833 existe números de doenças superior a outras regiões, na época da implantação  
834 do projeto, a empresa que foi responsável pela elaboração do EIA/RIMA era a  
835 Planac de Salvador, ela fez todo o levantamento da região, comparou Caetité,  
836 que existe a presença de anomalias com Caculé que é uma cidade semelhante,  
837 mas que fica há cem quilômetros de Caetité. E não se diagnosticou nenhuma  
838 diferença entre esses dois municípios. Recentemente houve uma conferência em  
839 Posse de Caldas, que visava esses tipos de estudos. Então, a Doutora Edna pode  
840 até explicar melhor esse assunto, eu não sou especialista nele, mas nós estamos  
841 até em convênio com a DRS, que é a Direção Regional de Saúde do local,  
842 visando ter dados técnicos, dados científico, onde esse assunto possa ser mais  
843 amplamente debatido de uma forma mais científica, e não apenas no modelo de  
844 eu acho, alguém disse. As águas do processo é um processo dinâmico, porque  
845 essa água não significa que ela fica muito tempo, o próprio processo industrial ele  
846 consome essa água, nós temos perda de água por evaporação e por consumo do  
847 próprio processo, nós geramos atores, e essa água é tratada, e esse vapor é  
848 consumido. Então, nós sempre temos o backup. Eu lhe asseguro que a  
849 evaporação dessas águas não vai arrastar nenhuma partícula para o meio  
850 ambiente. E essa afirmação minha é comprovada através de monitoramento de  
851 aerossóis nosso.

852

853

854 **O SR. WALMIR PEREIRA DO CARMO (GRAMA ONG's SUDESTE)** – Só para  
855 tirar uma curiosidade, essas águas de processos elas não têm partículas de  
856 segmento como os outros domésticos, por exemplo? Eu estou dizendo  
857 comparando comparativamente, como essas águas do processo do urânio  
858 também, partículas sedimentares aí nessa bacia.

859

860

861 **O SR. HILTON (INB)** – Mas, ela sedimenta tudo na forma de sulfato de cálcio,  
862 porque a nossa província ela é mono-minerária, ou seja, o urânio de Posse de  
863 Caldas, ele é associado ao número de (...), ao manganês, a flúor, tem uma série  
864 de outros elementos químicos. Entretanto, o de Caetité é basicamente com  
865 silicatos e urânio. Então, todo efluente sai da unidade industrial, passa por um  
866 sistema de tratamento de efluentes, o PAD é elevado até nove ou dez, com isso  
867 todos os metais que são ínfimos, eles são classificados dentro dessa bacia.  
868 Aquela bacia que eu mostrei para vocês, que faz a classificação desses efluentes,  
869 a número um e dois, depois de tudo isso precipitado, nós drenamos a célula, a  
870 função do dreno era isso, reciclar a água para o processo, e assim que eles  
871 esgotam, será feito o descondicionamento desse cone. Então, ele fica todo  
872 contido no sistema encapsulado com argila, torno de 50% (cinquenta por cento)  
873 de argila compactada e uma manta de PAD. Então, ele não espalha, ele não fica  
874 na bagagem de rejeitos. Hoje a tecnologia é mais moderna, tem várias indústrias  
875 que utilizam esse sistema de dreno subaéreo, não só no Brasil, até no exterior  
876 esse sistema é utilizado.

877

878

879 **O SR. WALMIR PEREIRA DO CARMO (GRAMA ONG's SUDESTE)** – Após a  
880 exploração, vocês recuperam logo a área?

881

882

883 **O SR. HILTON (INB)** – Hoje, até a legislação mudou um pouco, porque  
884 antigamente isso exigia mineradoras, a legislação não exigia que a recuperação  
885 da área fosse feita concomitantemente com a exploração do bem mineral, no  
886 caso. Então, muitas vezes deixava essa recuperação para final da exploração  
887 pela reserva mineral, e muitas empresas acabavam não recuperando o meio  
888 ambiente. O nosso projeto foi concebido, licenciado, de forma que assim que nós  
889 vamos explorando, nós vamos recuperando, por isso eu te mostrei que todo o  
890 estéreo que sai da mina, ou então o minério é exaurido depois que é retirado o  
891 urânio, ele vai para aqueles depósitos estéreos de forma modular. Eu mostrei até  
892 a diferença de Posses de Caldas, que é anterior à legislação, e a de Caetité.  
893 Então, são módulos pequenos, onde você retira a camada do (...), depois você  
894 assim que constrói o primeiro módulo, você retorna como essa camada de (...), e  
895 nós fazemos o plantio de árvores típicas da região, e tem até uma norma do  
896 IBAMA, em que nós podemos ir a uma área semelhante e recolher a matéria  
897 orgânica que existe no chão, e colocar nesse local. Logicamente, você tem a  
898 limitação de quanto desse material de uma área não explorada. Nós obedecemos  
899 criteriosamente essa norma do IBAMA. A vantagem de você usar essas ratileiras,  
900 é o fato de você levar não só a camada de solo fértil, como também  
901 microorganismos que são típicos da região.

902  
903

904 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Tem dois conselheiros que pediram a  
905 palavra.

906  
907

908 **A SRA. BÁRBARA TORRES (GOVERNO MINAS GERAIS)** – Eu tinha feito uma  
909 série de tópicos aqui, mas a maioria foi respondido. Mas, entre as coisas que eu  
910 gostaria de perguntar, é o seguinte: é feito um monitoramento sistemático da pilha  
911 de rejeito dos estéreos? Uma outra coisa, você mostrou que existem vários  
912 projetos e planos de educação ambiental, e em nenhum deles eu notei, eu  
913 percebi que se falassem da atividade minerária e dos riscos inerentes a ela.  
914 Existe trabalho de percepção e controle ambiental e comunicação social com as  
915 comunidades, os vizinhos? Existe passivo, qual o total de área degradada a se  
916 recuperar? Nos monitoramentos sistemáticos foram observados acima do  
917 permitido legalmente, ou seja, vocês estão com todos os parâmetros dentro das  
918 normas? Qual a vida útil dessa mina? E se já existe um plano de fechamento e  
919 uma proposta para recuperação final e utilização dessa área, o que vai ser feito  
920 com essa área, após o final da mineração? E se vocês são superficiários ou não  
921 dessa área?

922  
923

924 **O SR. HILTON (INB)** – Bom, com relação à pilha, ela é toda monitorada,  
925 principalmente porque o nosso objetivo quando se faz uma pilha de lixiviação é  
926 retirar o máximo possível de urânio. Então, toda a pilha é formada com  
927 aproximadamente um teor ente dois mil e quinhentos a dois mil e novecentos  
928 ppms, e às vezes pode transformar uma pilha mais rica. O nosso rendimento de  
929 lixiviação ali varia em torno de 70% (setenta por cento) a 75% (setenta e cinco por  
930 cento). Então, toda a pilha de minério, assim que termina o processo de lixiviação  
931 e, existe todo um programa onde você tira várias amostras da pilha para  
932 determinar a lixiviação, e para saber se existe mais urânio ali ou não. E assim que  
933 você termina de passar essa solução com o ácido sulfúrico, essa pilha é lavada  
934 para que haja um mínimo de ácido sulfúrico residual na pilha, para que ela retorne

935 para o local dela de reposição, os depósitos estéreis. Nós fomos a primeira  
936 mineração do país a fazer o depósito consorciado, ou seja, no mesmo local onde  
937 nós depositamos o estéreo dentro da mina, nós colocamos o minério lixiviado, e  
938 esse minério é exaurido. Então, com isso nós reduzimos o termo fonte, nós  
939 mandamos o da mina para um local e o da usina para outro, como era  
940 comumente feito quando se tem uma barragem de rejeito. Com relação ao  
941 Programa de Educação Ambiental, eu não sei com muito detalhe a respeito dele,  
942 mas todas as escolas que nos visitam, é mostrado, é especulado pela usina,  
943 mostrado todo o processo, como ele é feito em termos de legislação ambiental,  
944 nós comparamos, mostramos o que é radiação, usamos alguns exemplos. Para  
945 cada público, seja criança primária ou escola de primeiro grau, de segundo grau,  
946 ou mesmo universidades, nós temos um tipo de palestras predefinida, que passa  
947 sobre essa apresentação do programa nuclear, a finalidade dele, que ele tem a  
948 finalidade de geração de energia e não de construção de bombas atômicas; nós  
949 esclarecemos a diferença de urânio, que é um elemento natural que está presente  
950 na costa terrestre, é diferente do (...), conforme o nosso amigo Walmir explicou  
951 que houve até uma palestra referente, eu não estava presente lá, mas eu fiquei  
952 sabendo disso. Então, nós mostramos o que é a atividade natural e o que é uma  
953 atividade específica maior. Para cada público existe um tipo de palestra. E o  
954 retorno que nós temos com relação a isso, é nesse próprio contato com as  
955 escolas, nós fazemos convênios, nós procuramos a diretoria, procuramos os  
956 colégios, as professoras e a própria universidade, saber se aqueles  
957 esclarecimentos foram suficiente ou não, e esse feedback, nós temos do próprio  
958 público. A recuperação de áreas, nós temos hoje um empreendimento de mil e  
959 setecentos hectares de terras, e nós vamos intervir numa área nesse projeto de  
960 noventa hectares. Eu mostrei esse número de noventa hectares recuperado,  
961 porque não é somente área, e já houve intervenção nossa, também tem áreas de  
962 antigos proprietários que tinha uma cultura não bem elaborada, que tinha um  
963 processo de sensoriamento, e assim que nós adquirimos essas terras, nenhuma  
964 foi desapropriada, foi tudo valorado; foi contratada uma empresa do Rio de  
965 Janeiro, que chama Águia, ela fez vários trabalhos, ela ia à propriedade, ela  
966 catalogava tudo que o proprietário tinha: produção agrícola, se ele tinha um paiol,  
967 uma casa, um curral. Então, tudo isso foi valorado e foi pago para ele um valor  
968 suficiente para ele construir tudo aquilo numa nova propriedade. Tudo isso foi  
969 aprovado pelo Tribunal de Contas da União, então não houve até hoje nenhum  
970 tipo de desapropriação. Algumas pessoas eram posseiros, não eram nem donos  
971 da terra, o que a INB fez foi de uma forma legal, reconhecer o direito de posse  
972 dele, existe a Lei de Usucapião, foi muito bem feito esse trabalho. Existia até  
973 passivo, tudo isso foi quitado, e não houve nenhum proprietário que recebeu  
974 algum valor inferior ao que valia. No começo nós tivemos grandes dificuldades de  
975 adquirir as áreas, porque havia uma exploração muito grande, dizendo que a  
976 exploração de urânio ali ia trazer doenças para a comunidade. Então, no começo  
977 ninguém queria vender terras para a INB, e quando nós começamos esse  
978 trabalho no ano de 1997, a própria Pastoral da Terra, que antes nos combatia, ela  
979 passou a ser a nossa aliada, o nosso parceiro. Até algo interessante, nós não  
980 estávamos conseguindo adquirir as propriedades, e o nosso ex-gerente de  
981 implantação, ele procurou o Bispo local e mostrou a proposta da INB, o que  
982 estava sendo proposto, de que não haveria desapropriação, ninguém iria ter  
983 prejuízo. E fruto dessa visita, a Igreja Católica tem uma rádio na cidade, e o  
984 Bispo, no programa matinal dele, ele falou que aos proprietários de terras que  
985 procurassem a INB, que o trabalho estava sendo proposto lá era um trabalho  
986 sério, e que as pessoas não deixassem de procurar e de ouvir. Depois dessa fala

987 do Bispo, três dias depois nós adquirimos a primeira propriedade e conseguimos  
988 comprar esses mil e setecentos hectares de terras sem nenhum tipo de  
989 desapropriação, sem nenhuma briga judicial, da forma mais clara e transparente  
990 possível, com fiscalização do Tribunal de Contas da União. Até hoje nunca  
991 chegamos a ter parâmetros e lançamentos de algum efluente acima de  
992 resoluções do CONAMA ou acima daquilo que a própria CNEN determina. A  
993 CNEN, como a resolução CONAMA, fala no limite de liberação, tudo é feito em  
994 função de um cálculo de dose. Então, os controles nossos foram estabelecidos,  
995 nós propusemos para a CNEN aqueles limites, e nunca foi passado. A vida útil da  
996 mina é em torno de dose a treze anos de exploração a céu aberto, e nós estamos  
997 fazendo projetos da exploração subterrânea, então a partir de 1988 possivelmente  
998 nós vamos estar iniciando a exploração subterrânea, o que se torna inviável  
999 economicamente em não ter uma exploração a céu aberto. No próprio EIA/RIMA  
1000 nós apresentamos o PRAD - Programa de Exploração das Áreas (...), e da forma  
1001 como foi proposto no PRAD, se é a concessão modular dos depósitos estéreis,  
1002 ele está sendo executado ao longo da vida útil do empreendimento. Com relação  
1003 à reutilização daquela área para fins... Depois que a mina exauriu não está muito  
1004 bem definido, mas há várias propostas. Então, ali dentro da Jazida Cachoeira,  
1005 existe um córrego da cachoeira que é intermitente, só tem águas em períodos de  
1006 chuva, existe até uma idéia de se inundar a cava da mina e fazer um lago ali para  
1007 fornecer água para a comunidade, mas isso está em estudos ainda, não foi  
1008 definido. E com relação aos depósitos de efluentes líquidos, são precipitados,  
1009 conforme eu expliquei, ali eles serão encapsulados pela própria manta de PAD,  
1010 para isso é preciso drenar bastante toda a água que existe ali. E assim que tiver  
1011 já uma forma mais sólida, nós vamos recobrir com a manta de PAD, colocamos  
1012 uma camada de material estéril, material minérico, uma camada de argila em  
1013 cima, e posteriormente a isso, fazemos a recuperação da área. É uma área  
1014 muito pequena, ao contrário de uma barragem de rejeito que a acomodação do  
1015 material de forma natural fica espalhado. Dessa forma, nós temos todo o efluente,  
1016 todo o resíduo. Mais alguma questão?

1017

1018

1019 **O SR. RONALDO JORGE DA SILVA LIMA (GOVERNO PARÁ)** – Só para  
1020 esgotar essa primeira parte aí, aquela questão que o Walmir perguntou, sobre o  
1021 problema lá do acidente, se foi vazamento ou não, se houve alguma manifestação  
1022 do IBAMA, se o IBAMA se manifestou com relação, esse posicionamento do  
1023 IBAMA. Uma outra questão também que interessa, com relação aos problemas de  
1024 saúde na região. Eu quero saber desses problemas de saúde, se os  
1025 trabalhadores trabalham diretamente na mineração ou da população geral, da  
1026 comunidade, porque a empresa tem que ter um controle do *background* ali da  
1027 região, e nós sabemos que para acontecer esses problemas de saúde tem que ter  
1028 uma exposição direta por muito tempo com o material radioativo. No caso da  
1029 radiação natural é necessário um longo período de exposição para que aconteça.  
1030 Em alguns locais naturalmente esse *background* é alto.

1031

1032

1033 **O SR. HILTON (INB)** – Ronaldo, nós temos todo o Programa de Saúde  
1034 Ocupacional, tem várias formas de o trabalhador sofrer alguma contaminação  
1035 com urânio, a primeira que é mais fácil é através da taxa de exposição, ou seja,  
1036 ele ficar próximo de uma fonte radioativa, mesmo que seja de baixa intensidade.  
1037 Existe um princípio em que a pessoa só deve se expor à radiação se tiver algum  
1038 benefício, ou para ele ou para a comunidade. No caso a produção do concentrado

1039 de urânio, visando a produção de energia elétrica, é um benefício justificável essa  
1040 exploração nossa. Então, além dessa taxa de exposição a que ele é submetido,  
1041 ficando próximo a uma fonte radioativa, ele pode ter algum tipo de contaminação  
1042 através de inalação ou ingestão do urânio. A toxidez química do urânio é mais  
1043 prejudicial à saúde do que a própria exposição radioativa, porque a pessoa fica  
1044 submetido, o urânio como é um elemento químico, ele se aloja no fígado e tem as  
1045 conseqüências por ser um metal. Então, no nosso programa de prevenção  
1046 radiológica, sempre tem os técnicos que monitoram, que fiscalizam a execução  
1047 dos trabalhos, por exemplo, naquele caso do entamboramento, a pessoa depois  
1048 que chegou, colocou todos os (...), fechou o lacre do tambor, ele não deve de  
1049 forma alguma ficar encostado no tambor. Em termos de taxas de exposição, nós  
1050 estamos sujeitos a exposição baixíssima, dois anos de trabalho dentro da nossa  
1051 mina, uma mina a céu aberto, equivale a doze de um Raio X, em termos de taxas  
1052 de exposição, o trabalhador é muito pouco exposto a esse tipo de radiação. Se o  
1053 trabalhador que está dentro da mina é exposto a essa dose, imagine os  
1054 moradores da região. Então, dentro da nossa mina nós temos um problema de  
1055 sílica, então não é permitido a nenhum trabalhador, nem mesmo os visitantes,  
1056 entrar na área da mina sem usar protetor respiratório. Além do problema do sílico,  
1057 se a pessoa estiver sem essa máscara, ele pode respirar algumas poeiras que  
1058 contem o material que é urânio. Outra coisa que é muito bem controlada, nessas  
1059 áreas controladas, as pessoas não podem fazer gestão de água, nem mesmo  
1060 algum tipo de alimento, a forma da higiene, de ela está com as mãos sujas com o  
1061 urânio ou com alguma poeira, ele venha a comer um sanduíche ou alguma coisa,  
1062 ele acaba ingerindo o urânio. Então, esses métodos nossos de controle  
1063 respiratório, controle de gestão e evitar a taxa exposição, reduz a dose de (...) em  
1064 mais ou menos 90% (noventa por cento) a 95% (noventa e cinco por cento) da  
1065 dose que efetivamente ele teria sem ter esses controles. A área nossa que nós  
1066 trabalhamos com urânio em pó, que é mais suscetível a algum tipo de  
1067 contaminação, todo trabalhador quando ele adentra a área, ele recebe os  
1068 monitores, recebe um macacão de algodão, um macacão simples, e ele tem as  
1069 luvas e o controle respiratório, e assim que ele termina os trabalhos dele, ele  
1070 passa, retira essa roupa, vai para uma área de descontaminação, para tirar  
1071 qualquer fragmentação de urânio ali, ele é obrigado a tomar um banho, passa por  
1072 chuveiro, e ele é monitorado, tem um contador de pés e mãos, e a partir do  
1073 monitoramento, se perceber que ele tem um resíduo de urânio, ele novamente é  
1074 submetido a um banho, lavagem com sabão comum, até ele está totalmente  
1075 isento de qualquer tipo de contaminação, aí ele é liberado para ir para casa ou  
1076 para uma outra atividade. Existe o Programa de Saúde Ocupacional, todos os  
1077 trabalhadores da INB, sejam eles efetivos ou terceirizados, eles são submetidos a  
1078 uma bateria de exames, que são previamente definidos pela Medicina do  
1079 Trabalho, onde é feito o hemograma completo, se a pessoa está sujeita a algum  
1080 tipo de contaminação, é feito o exame de fezes. Então, existem esses exames  
1081 que são anuais, se a pessoa trabalha dentro daquela área, secagem de urânio,  
1082 com uma certa periodicidade nós temos um recipiente com ácido líquido, aí ele  
1083 chega ali e coloca a urina dele ali para análise. Até hoje não houve nenhum  
1084 indício de algum tipo de contaminação das pessoas nesse sentido, o programa é  
1085 rigorosamente comprovado. Com relação à monitoração, *background*, os  
1086 trabalhos de monitoração na região, eles começaram a ser fruto pelo CBPN na  
1087 década oitenta e, posteriormente uma visitinha à Urânio do Brasil, ela tinha feito  
1088 uma parceria com a Andrade Gutierrez, esse programa, esse monitoramento tinha  
1089 ficado à cargo da Andrade Gutierrez, fazia a coleta e repassava para a INB.  
1090 Então, nós temos dados de *background* desde a década de oitenta. Tudo isso é

1091 comparado, e até hoje nada ficou acima do permitido, nunca houve indício de  
1092 contaminação de trabalhadores e de moradores. Com relação ao vazamento, na  
1093 época saiu no Jornal Nacional, o primeiro órgão ambiental que foi para a unidade  
1094 foi o CRA da Bahia. Então, cada dia saía uma notícia diferente nos jornais, saiu  
1095 que tinha vazado cinco mil metros cúbicos de licor. Se isso tivesse acontecido eu  
1096 teria sido o primeiro a perder o emprego, porque o licor tem um valor comercial  
1097 muito grande, principalmente agora, naquela época também já tinha. E assim que  
1098 o CRA chegou, mostramos o que tinha acontecido, houve a declaração de um fiscal  
1099 da CRA e declarou para a própria Rede Globo, que o CRA não tinha encontrado  
1100 nenhum indício de contaminação ambiental. Isso foi divulgado pelos jornais e pela  
1101 própria mídia, pela própria televisão. Em seguida, nós tivemos a pré-fiscalização  
1102 da Comissão Nacional de Energia Nuclear, eles chegaram, foram às bacias no  
1103 entorno, e retiraram amostras e levaram para a análise, um risco aparentemente  
1104 nacional de contaminação ambiental, e o IBAMA também fiscalizou.  
1105 Posteriormente, quando se percebeu essa passagem de líquido entre a manta  
1106 retida na argila, e o IBAMA não cassou a licença, mas suspendeu as nossas  
1107 atividades até uma averiguação, tanto o IBAMA quanto a CNEN. Nós fizemos  
1108 vários estudos, ficamos parados quase um ano, e depois quando se detectou que  
1109 a barreira física, que era a argila, que ela tinha voado, ela tinha agido com a real  
1110 finalidade dela, que era conter qualquer tipo de vazamento, estava ali nos  
1111 primeiros centímetros. Então, o que nós fizemos? Nós retiramos essa camada de  
1112 argila que estava contaminada com urânio, ela foi enviada para os depósitos  
1113 estéreis, nós viemos com nova camada de argila, aumentamos o lante de argila,  
1114 colocamos esse sistema de inovação tecnológica, muito boa, muito eficiente.  
1115 Hoje, qualquer tipo de passagem que há entre a manta superior e a inferior, é  
1116 detectado, e nós voltamos a operar. Posteriormente a isso, sempre que nós  
1117 temos parada uma usina, e há uma certa acomodação dessas mantas, acontece  
1118 que a passagem entre a primeira manta e a segunda, com isso nós procuramos  
1119 esvaziar as bacias, é feita uma inspeção, e assim que é localizado esse ponto,  
1120 nós fazemos a solda e operamos aquela bacia normalmente. Então, esse  
1121 vazamento surgiu no ano de 2000, e nós podemos considerar que até hoje isso  
1122 acaba ocorrendo entre a primeira e a segunda manta, detectada, mas nós  
1123 convivemos com ele de uma forma bastante tranquila, que virou um procedimento  
1124 operacional nosso, que é o monitoramento, a detecção desse vazamento e a  
1125 correção, porque pela experiência nossa, eu asseguro para vocês, que é  
1126 impossível termos um sistema daqueles com soldas, que fica sujeito a (...), de  
1127 cooperação que não venha passar algum líquido a qualquer uma das mantas.  
1128 Mas o fato de haver duas mantas, tem uma segurança muito maior, e ainda não  
1129 foi detectado nenhum tipo de vazamento.

1130  
1131

1132 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Eu gostaria de perguntar ao Doutor  
1133 Marcelo se tem alguma manifestação. Nós temos dois inscritos: o Doutor Roberto  
1134 e o Doutor Sebastião. E se alguma outra pessoa quiser se manifestar, porque nós  
1135 vamos encerrar as inscrições para esse tema, porque nós temos outros assuntos  
1136 para tratar. Então, além do Doutor Roberto e do Doutor Sebastião, eu gostaria de  
1137 perguntar se alguém gostaria de se manifestar? Então, as inscrições para esse  
1138 tema estão encerradas.

1139  
1140

1141 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (Conselheiro Honorário do CONAMA)** –  
1142 Obrigado, Doutor Helder, parabenizar a clareza da palestra e das respostas, mas

1143 só restou um ponto, que o senhor fala dos depósitos estéreos, a dúvida que  
1144 restou para mim é tão somente se esses depósitos serão considerados como  
1145 unidade, ou vocês estão usando aquela metodologia de retorno de estéreos, as  
1146 cavas de minas, até para facilitar a recuperação das áreas que foram exploradas?

1147

1148

1149 **O SR. HILTON (INB)** – O processo foi licenciado de forma que nós escolhemos  
1150 áreas previamente definida para colocação desses depósitos estéreos, essa  
1151 proposta nossa de recuperação nesse local foi aprovada pelos órgãos  
1152 licenciadores, se não está previsto o retorno desses estéreos para dentro da cava  
1153 da mina. Isso foi comum em alguns locais da Europa, a França adotou essa  
1154 metodologia, ela é até bastante cara, bastante onerosa, mas a forma com que é  
1155 feito, não traz nenhum risco ao meio ambiente. É diferente do depósito de Posse  
1156 de Caldas, que nós enfrentamos alguns problemas ambientais, a INB está  
1157 procurando corrigir, porque ali nós temos a presença de cloretos no próprio  
1158 estéreo da mina, e tem lixiviação em forma de ácido sulfúrico, e os depósitos  
1159 estéreos acabam lixiviando o próprio urânio em outros locais. Em Caetité isso não  
1160 ocorre, esse material que vai para o estéreo, quando você tenta lixiviar ele com  
1161 apenas águas de chuva, não acontece a lixiviação. Com relação à lavra  
1162 subterrânea, aí sim, todos os estéreos que saiam da lavra subterrânea, eles  
1163 retornarão para os próprios (...) da mina subterrânea.

1164

1165

1166 **O SR. SEBASTIÃO** – Eu gostaria de saber, principalmente há possibilidade de  
1167 rompimento de barragem ou mesmo de bacia? Segundo, com relação a água  
1168 subterrânea, os senhores acabaram de dizer que existe um teor de mínimo, quer  
1169 dizer que vai ficar ali para a eternidade, digamos assim, o material encapsulado. E  
1170 o senhor acabou de dizer também que é impossível dizer que não vai haver um  
1171 vazamento, havendo um vazamento, há possibilidade de contaminação no lençol  
1172 freático, em que pese que ele esteja a mais de sessenta e cinco metros de  
1173 profundidade, mas nós sabemos que em áreas saturadas, as especulações  
1174 existem, e também haverá uma mineração subterrânea. Isso pensando no futuro,  
1175 o que se fará para evitar a contaminação do lençol freático?

1176

1177

1178 **O SR. HILTON (INB)** – Com relação ao rompimento de barragem, essa hipótese  
1179 é muito remota, quando nós fazemos um estudo de implantação de qualquer  
1180 unidade dentro do programa nuclear, é feito o estudo sílico do local, você tem  
1181 algumas alternativas locais. Então, Caetité é uma região bastante favorável  
1182 à implantação desse empreendimento, e nós não temos barragens, nós temos  
1183 bacias construídas em solo natural. Então, o rompimento é muito pouco provável,  
1184 mas em toda a bacia existe postos de monitoração de águas subterrâneas e no  
1185 próprio depósito de estéreo. Nós contratamos uma empresa de São Paulo, e ela  
1186 fez um estudo hidrogeológico da região. E esse estudo continua. Então, até hoje  
1187 não se tem um modelo hidrogeológico definido para essa região do Serão Baiano.  
1188 E a INB está fazendo esse primeiro estudo, de forma que existe os postos de  
1189 monitoramento, para detectar possíveis vazamentos. Com relação ao material  
1190 que ficou encapsulado na bacia de tratamento de efluentes líquidos, todo material  
1191 que ali é precipitado, fica precipitado na forma de sulfato de cálcio, um material  
1192 muito pouco solúvel, portanto, se houver algum rompimento, o próprio solo onde  
1193 foi construída a bacia, ele já é um solo argiloso. Para se ter uma idéia a argila que  
1194 foi utilizada nessas bacias, ela fica distante apenas duzentos metros do local da



1195 bacia. Então, é um solo é argiloso, não existe na região dessas bacias, nenhum  
1196 tipo de rochas fragmentadas, essas rochas fragmentadas existem na região, onde  
1197 tem a própria jazida do urânio nosso. Também nesse local já foi feito alguns  
1198 estudos pelo IPT, isso ainda na década de oitenta, e no entorno da própria cava  
1199 da mina nós fazemos o monitoramento de água subterrânea. E o próprio minério  
1200 nosso, ele pó si só não sofre lixiviação apenas com água, nós temos que  
1201 adicionar ácido sulfúrico. É um urânio que fica ali de certa forma bastante  
1202 refratário a algum processo de lixiviação com a própria água natural. Então, esses  
1203 estudo já foram feitos, e continuam sendo feitos ainda os estudos ambientais,  
1204 ainda não se encerraram, está sendo feito à medida que nós progredimos com a  
1205 evolução da nossa cava da mina, e novos estudos irão surgir a partir do momento  
1206 que nós tivermos a lavra subterrânea. Com relação à água subterrânea,  
1207 infelizmente do ponto de vista dos moradores, esse recurso é bastante carente na  
1208 região, do ponto de vista nosso operacional e ambiental nós fomos bastante  
1209 beneficiados com isso. Tem algumas regiões ali, que é a região dentro da própria  
1210 cava da mina que nós temos uma presença de água, mas é muito pequena.  
1211 Então, nós não temos nenhum lençol subterrâneo dentro da mina. Com a  
1212 evolução da cava, possivelmente vai surgir um pouco mais. Mas você viu que a  
1213 mina tem a forma de um oito, e naquela região central vai haver uma bacia, onde  
1214 todas as águas de sugências ou de precipitação serão bombeadas para lá. E nós  
1215 fazemos já o monitoramento disso. Espero ter esclarecido. Tem mais alguma  
1216 questão?

1217

1218

1219 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – O Walmir quer falar outro assunto.  
1220 Walmir, você dá o seu recadinho e nós fechamos esse tema.

1221

1222

1223 **O SR. WALMIR PEREIRA DO CARMO (GRAMA ONG's SUDESTE)** – É que eu  
1224 distribuí aí uns informativos, tem um que é chamado Orelha de Pau, para quem  
1225 não sabe Orelha de Pau é um fungo que dá na madeira podre na floresta, é em  
1226 forma de cogumelo, não é comestível. Então, o nosso jornal é em homenagem a  
1227 esse fungo. Orelha de Pau é o nosso cartão de visita, onde nós divulgamos as  
1228 nossas ações. A entidade que eu faço parte é o GRAMA – Grupo de Resistência  
1229 a Agressões do Meio Ambiente, tem dezoito anos, sediado na Região Sul da  
1230 Bahia, entre Ilhéus e Itabuna, e nós somos do Conselho da Bahia, que é o  
1231 CEPRAM, temos uma cadeira lá, e tem dezoito anos que nós vemos trabalhando  
1232 com essas questões ambientais. Tem outro que está aí anexo, chamado de a  
1233 Brasilina, para quem não sabe Brasilina é a tinta advinda do pau-brasil, que servia  
1234 para tinturar as roupas dos nobres antigamente. E nós estamos lá com um  
1235 programa financiado pela Comunidade Européia, justamente para incentivar o  
1236 plantio dessa espécie e, principalmente em áreas de Reforma Agrária; cada  
1237 assentado recebe um real para plantar e cuidar até quando tiver no processo de  
1238 coleta. Isso tudo é amarrado com o IBAMA e com instituições, para que não haja  
1239 devastação. Também nós estamos trazendo o cadastramento, a fenologia dessa  
1240 planta, em várias regiões da Bahia, onde ela ocorre, e descobrimos que são três  
1241 espécies de pau-brasil: café, arruda e laranja; laranja e arruda são os mais  
1242 difíceis. Então, sendo cortados aleatoriamente, às vezes o produtor, pela  
1243 dificuldade do cacau, ele corta uma árvore dessa e vende por R\$ 100,00 (cem  
1244 reais). E descobrimos que essa comunidade européia, ela trabalha com o violino,  
1245 e descobriu-se que a madeira do pau-brasil é a melhor madeira para se tirar

1246 sonoridade com o violino. Então, nós estamos fazendo esse programa para que  
1247 haja modificação do plantio dessa espécie que deu o nome ao nosso país.

1248

1249

1250 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Nós agradecemos novamente à INB,  
1251 na pessoa da Edna, na pessoa do Hilton, pela apresentação, pelos  
1252 esclarecimentos feitos, e pelo que entendi não só os próprios conselheiros desta  
1253 Câmara, como também as pessoas que estão aqui participando, acho que se  
1254 sentiram satisfeitos com a apresentação. Eu passarei a última palavra para vocês,  
1255 para passarmos ao outro item, e já os convidaria para continuar na reunião.

1256

1257

1258 **A SRA. EDNA ELIAS XAVIER (INB)** – Obrigada aí pelo convite. Eu acho que é  
1259 uma oportunidade excelente para a empresa, ou seja, prestar os esclarecimentos,  
1260 eu acho que é responsabilidade de qualquer empreendedor, ou seja, ter  
1261 respostas técnicas a todas as questões, principalmente às ONGs que ficam mais  
1262 diretamente ligadas à sociedade. Eu acho, Walmir, qualquer momento que você  
1263 queira, que tenha dúvida, nós estamos à disposição para esclarecimento, ajudar  
1264 até quem sabe um programa de cooperação aí desse programa de vocês, de  
1265 resgate à nossa brasilidade. Convido a todos que tiverem a oportunidade, para  
1266 conhecer o empreendimento de Caetité, o Hilton tem os dados aí, nós  
1267 distribuimos os dados, mas tendo oportunidade. Catité é uma cidade linda, eu  
1268 estou na INB há pouco tempo, vindo de Furnas, e fui, entrei em outubro passado,  
1269 e eu fiquei encantada com a cidade, surpreender nós aqui na Região Sudeste, a  
1270 cidade é há setecentos quilômetros da capital, um pólo cultural, uma cidade muito  
1271 agradável. Então, eu convido vocês, tendo a oportunidade de não só conhecer  
1272 essa cidade Caetité, mas o nosso empreendimento. Estamos às ordens aí para  
1273 prestar qualquer esclarecimento adicional que seja necessário.

1274

1275

1276 **O SR. HILTON (INB)** – Eu agradeço a todos pela paciência que tiveram comigo,  
1277 porque eu não sou muito bom de oratória, mas espero ter esclarecido as  
1278 principais dúvidas. Convido a todos os presentes que se, porventura, algum dia  
1279 tiverem na Sudoeste da Bahia, se quiser nos visitar, serão muito bem vindos.  
1280 Especialmente a você, Walmir, que esse trabalho de vocês com o pau Brasil, com  
1281 certeza vou entrar em contato com vocês, que o nosso eito florestal está  
1282 produzindo bastante mudas de pau-brasil, e seria bastante proveitoso para nós  
1283 sabermos as diferenças, em breve nós estaremos fazendo contato. Muito  
1284 obrigado a todos.

1285

1286

1287 **O SR. WALMIR PEREIRA DO CARMO (GRAMA ONG's SUDESTE)** – Eu fiquei  
1288 muito satisfeito porque essa demanda foi passada para nós na Câmara, e muitas  
1289 dúvidas serão tiradas. E eu quero dizer que Caetité, na época histórica, era a  
1290 cidade que exportava professores para toda a Bahia. Eu vi ali Anízio Teixeira  
1291 escrito, tem, inclusive, a casa que ele nasceu, deve estar preservada. Então,  
1292 Caetité foi uma cidade que exportou muito professores para toda a Bahia.

1293

1294

1295 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Obrigado novamente. Nós passamos  
1296 ao segundo ponto de pauta, e eu gostaria de consultar os conselheiros, que nós  
1297 poderíamos continuar a reunião, nós temos dois outros pontos que poderíamos,

1298 em vez de parar para o almoço agora, finalizarmos na parte da manhã. Há  
1299 concordância dos conselheiros? Ok, então eu passo a palavra agora ao segundo  
1300 item, seria o processo que trata da correção da Resolução 306, e gostaria que a  
1301 SQA, a Doutora Fernanda, foi uma demanda feita pela Secretaria de Qualidade  
1302 Ambiental do Ministério de Meio Ambiente, com relação a essas alterações da  
1303 306. Com a palavra a Doutora Fernanda.

1304  
1305

1306 **A SRA. FERNANDA LEITE (MMA/SQA)** – Boa dia a todos. Essa resolução, ela  
1307 trata dos requisitos mínimos em termos de referencia para realização de  
1308 auditorias ambientais. E é na área de petróleo, eu vou passar a palavra à Doutora  
1309 Alessandra Toledo, porque ela vai explicar para os senhores conselheiros, as  
1310 modificações que não alteram o conteúdo da resolução.

1311  
1312

1313 **A SRA. ALESSANDRA (SQA)** – Eu sou Alessandra, trabalho na Secretaria de  
1314 Qualidade Ambiental, mais especificamente na área de auditorias ambientais, que  
1315 hoje aplica-se ao setor de petróleo especificamente. Bom, essa nossa solicitação,  
1316 ela foi feita, esse memorando foi encaminhado pela SQA especificamente no dia  
1317 vinte de dezembro de 2004. Está lá o memorando, e ela solicita alterações  
1318 estruturais, elas não tratam, não alteram o mérito da resolução, não entram em  
1319 alterações de mérito mesmo. Então, são apenas algumas melhorias, porque nós  
1320 começamos a utilizar, a partir de outubro de 2004 nós fizemos um programa de  
1321 capacitação nessa área, porque estabelecendo essas auditorias, você precisa  
1322 capacitar pessoas para estarem realizando. E aí nós nos deparamos com esses  
1323 pequenos erros, na verdade, na redação da resolução, daí a nossa solicitação. Aí  
1324 eu acho que fica mais fácil de visualizar quais são as correções que nós  
1325 solicitamos. Então, a primeira correção é a inclusão da palavra “ambiental” no art.  
1326 4º, porque foi discutido isso nos vários cursos - e aí falaram assim: mas isso  
1327 aplica-se à legislação, por exemplo, trabalhistas, a outras legislações? Nós  
1328 falamos: não, nós estamos falando especificamente de ambiental, então achou-se  
1329 pertinente acrescentar essa palavra, para não dá nenhuma abertura para outras  
1330 impossíveis interpretações de outras legislações. Aí depois nós temos uma  
1331 correção no subitem 2 do item 2.2. Na verdade, foi um problema de digitação  
1332 mesmo, então faltou a palavra “visita prévia à instalação auditada”. Estava antes  
1333 só da “instalação aditada”, teve um erro de digitação mesmo e omissão de  
1334 palavras. Depois nós temos uma transferência de um subitem que estava no item  
1335 errado. Então, “a consulta prévia aos órgãos ambientais competentes, a fim de  
1336 verificar o histórico de incidentes ambientais, inclusive, de seus desdobramentos  
1337 jurídicos administrativos e dos cadastros ambientais”, ela tem que ser afeta na  
1338 preparação da auditoria, e não na execução dela. Então, é só tirar do item que  
1339 estava no item “execução da auditoria”. Então, estamos transferidos na verdade  
1340 desse item da execução para o item de planejamento, do preparo. Depois nós  
1341 temos a exclusão do item 4 - produtos finais, porque ele na verdade se repete, e  
1342 do item 4.1 está escrito: “O relatório de auditoria deverá conter no mínimo”. Então,  
1343 e 4.1, se vocês olharem a resolução original, ela na verdade repete o mesmo item  
1344 duas vezes. Então, isso é desnecessário, nós solicitamos a exclusão mesmo  
1345 desse item. E aí uma remuneração do item 4.2, que fala: “O plano de ação deverá  
1346 conter no mínimo”, transformando em item 4. Só para corrigir a numeração dele.  
1347 Acho que está claro. Alguém tem alguma dúvida?

1348  
1349

1350 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Eu gostaria de passar primeiro a  
1351 palavra aos membros da Câmara Técnica, se tem alguma manifestação ou algum  
1352 outro item relativo a esta resolução? Embora não esteja representando  
1353 oficialmente, o Ministério dos Transportes tem assento na Câmara Técnica, então  
1354 nós passamos a palavra primeiro ao Ministério dos Transportes, para depois  
1355 passarmos, a Petrobrás também pediu.

1356  
1357

1358 **A SRA. ALINE (Departamento Nacional de Infra-estrutura)** – Como o Helder  
1359 colocou, a resolução propriamente dita, aliás, anterior a ela, a própria Lei do Óleo,  
1360 ela estabelece essa auditoria, é mais uma questão até para reflexão do que  
1361 pertinência, mesmo porque a conselheira, infelizmente, não pôde estar presente.  
1362 O art. 9º da Lei do Óleo – “Estabelece que tanto entidades exploradoras de portos  
1363 organizados e instalações portuárias, proprietários e operadores de plataformas e  
1364 instalações de apoio deverão realizar as auditorias ambientais e anuais”. E o fato  
1365 é que então por essa leitura, todos os portos terminais, independentes do seu  
1366 porte, tamanho, os fluviais e os marítimos, eles estão submetidos a essa  
1367 legislação, e eles então são obrigados a cumprir essa questão de auditoria. Aí  
1368 agora partindo para a resolução que regulamentou. Quanto ao termo de  
1369 referência, não existem dúvidas que é necessário que esteja um conteúdo mínimo  
1370 numa auditoria, já no art. 8º da Resolução 306 diz que o Ministério estabelecerá,  
1371 por meio de portaria, os requisitos mínimos quanto ao credenciamento, registro de  
1372 certificação, qualificação, habilitação, experiência e treinamento profissional, que  
1373 os auditores ambientais deverão cumprir. Do ponto de vista do DNIT, como  
1374 implementar essa legislação, isso acabou trazendo uma certa dificuldade, por  
1375 quê? Porque essa portaria, ela já foi, acho que se não me engano, é 319, ela  
1376 estabelece uma série de pré-requisitos que não basta ser um Auditor Ambiental.  
1377 Tem que ter um custo credenciado pela MMA, acho que dois anos de experiência  
1378 em auditoria ambiental comprovada e quatro anos na área ambiental. Até outubro  
1379 do ano passado, no final do ano passado existia aproximadamente cerca de  
1380 sessenta profissionais em todo o país, somente esses sessenta profissionais  
1381 poderiam realizar essas auditorias. Nós entendemos, inclusive, que isso cria uma  
1382 reserva de mercado, e que tem dificultado tremendamente até mesmo a  
1383 implementação da legislação. Um sistema de auditoria, ele vai avaliar pelo  
1384 menos, eu acho que o objetivo seria avaliar o sistema de gestão ambiental. Então,  
1385 criar essa delimitação de somente alguns profissionais em todo país, dificulta, tem  
1386 gerado sérios problemas em termos econômicos até, porque como só são essas  
1387 pessoas que podem fazer, em termos econômicos, às vezes foge completamente  
1388 o preço de uma auditoria que poderia ser feita por outros profissionais. Então, eu  
1389 estou mais levantando essa questão para nós discutirmos sobre essa portaria, se  
1390 tem alguma forma até de modificar isso, e até ouvir da própria Petrobrás, se eles  
1391 têm conseguido desenvolver isso, porque para nós, principalmente pelo corte de  
1392 alguns portos. Tem portos fluviais que são bem pequenininhos, alguns só de  
1393 passageiros, e o fato é que eles estão sendo exigidos de ter esse mesmo relatório  
1394 de auditoria.

1395  
1396

1397 **O SR. ALEX CORREA LIMA (Petrobrás)** – Trabalho na área de SMS e na parte  
1398 de Licenciamento e Auditoria Ambiental. Antes até de comentar a fala da colega,  
1399 que está bem de acordo com o que eu ia falar também, eu queria falar  
1400 especificamente sobre a questão dos pontos que vocês levantaram, realmente  
1401 não muda o fundamento da resolução, a única pequena correção que eu queria

1402 fazer, é quando vocês chamam de item 7, e na verdade o item é 6, apesar de na  
1403 sugestão, inclusive, vocês falam isso. E aí também fazer uma outra reflexão, além  
1404 do que a colega falou, nós aqui temos prazos sempre para o empreendedor, para  
1405 o órgão ambiental também. Só que na prática quando o empreendedor não  
1406 cumpre esses prazos, ele tem uma série de sanções, e o órgão ambiental, nós  
1407 sabemos que muitas vezes não, ou por que não tem funcionários, enfim, a  
1408 estrutura do órgão. Então, quando nós dizemos, eu vou dar um exemplo, que isso  
1409 aconteceu com a Petrobrás, talvez tenha acontecido com outras empresas  
1410 também, nós fizemos a auditoria para atender a Lei do Óleo, no ano de 2005, e  
1411 antes de começar a auditoria, independente de está previsto aqui na resolução,  
1412 nós mandamos essa carta para todos os órgãos ambientais, pedindo essas  
1413 informações. O trabalho de auditoria terminou, trabalho de campo, relatório final,  
1414 já foi mandado para o órgão ambiental, até hoje não tem informações, nenhum  
1415 órgão ambiental se manifestou. Está previsto que antes de realizar a auditoria,  
1416 essa que vocês estão pedindo para mudar de item 7 para item 6. Que diz o  
1417 seguinte, independente da visita prévia, nós achamos que isso tem que ter, e tem  
1418 que ser num momento anterior. Não tem sentido ser na execução da auditoria. A  
1419 consulta prévia aos órgãos ambientais competentes, a fim de verificar o histórico  
1420 de incidentes ambientais, inclusive, seus desdobramentos, como está aí, não  
1421 mudou, só mudou o item. Essa consulta, como eu falei, ela foi feita antes de  
1422 iniciar os trabalhos, a empresa que fez o trabalho de auditoria mandou para os  
1423 órgãos ambientais, e como eu falei, começou o trabalho, eles não tiveram a  
1424 resposta; terminou o trabalho, eles não tiveram a resposta; eles mandaram o  
1425 relatório para o órgão ambiental e não tiveram a resposta. Então, eu acho que  
1426 serve um pouco de reflexão para nós, não sei nem se esse é o fórum competente  
1427 para discutamos isso, também começarmos a olhar o órgão ambiental, que ele  
1428 também tem prazos, e também tem produções que ele tem que atender. Não  
1429 adianta nós colocarmos um monte de deveres para o empreendedor, e se ele não  
1430 atender, nós sabemos que tem sanções, e são às vezes até um pouco  
1431 exageradas, e para o órgão ambiental, quer dizer, ele não atende isso aqui, qual é  
1432 a punição que ele tem? Em principio, nenhuma, pode, até – Mas tem a Lei de  
1433 Crimes Ambientais, enfim, não informou, mas na prática nós sabemos que é difícil  
1434 de acontecer. Então, com relação ao que está sendo proposto de gestação, a  
1435 única consideração seria essa. E com relação ao que a colega, da DNIT, isso foi  
1436 providencial também que eu vim pensando falar sobre essa questão, apesar de  
1437 não ser o assunto da discussão. Nós entendemos que também com a publicação  
1438 dessa portaria, que, inclusive, não foi nesse prazo, que consta aqui da resolução,  
1439 acho que foi bem superior aos cento e oitenta dias, criou-se no mercado uma  
1440 limitação muito grande, e você buscar esses profissionais que o MMA estava  
1441 dizendo: olha, os qualificados são esses. Então, eu não me lembro o número de  
1442 pessoas, mas era um grupo comparado, em nível de Brasil, muito reduzido. Eu,  
1443 por exemplo, fiz esse curso, que vocês falam até na sugestão, um curso de um  
1444 dia, e eu tenho experiência com auditoria ambiental, eu falo para você que aquilo  
1445 não dá capacitação para ninguém. E eu acredito que esse curso de uma semana,  
1446 talvez também não dê, independente de ter todos os aqueles pré-requisitos lá.  
1447 Então, eu acho que quando você começou o processo de auditoria e criou, no  
1448 caso, uma obrigação que veio da Lei 9966, e veio a resolução, colocando o  
1449 conteúdo que realmente tinha que ter, que antes nós não tínhamos parâmetros  
1450 para realizar isso. Quando veio essa portaria, você fica um pouco de mãos  
1451 atadas, se eu fizer com profissionais que eu sei que são capacitados, mas não  
1452 atendem integralmente o teor daquela portaria, eu corro o risco de mandar esse  
1453 relatório para o órgão ambiental, e ele voltar, porque os auditores, todos os

1454 auditores, eu não vou falar nem só de auditoria, equipe de auditoria que tem que  
1455 ter aquela qualificação. Então, eu acho que isso aí também serve pra reflexão,  
1456 porque os prazos que foram dados, eu não estou com a portaria aqui em mãos,  
1457 mas tinham três prazos, e para cada prazo, ele dava uma qualificação específica.  
1458 Se eu não me engano de 18 de fevereiro de 2005 para cá, todos os auditores  
1459 deveriam atender integralmente aos termos da portaria. Eu acho que muito pouca  
1460 gente atende, eu acho que talvez seja uma questão para também revermos, e até  
1461 trazer em pauta depois para outra discussão.

1462

1463

1464 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Só para fazer um pequeno resumo,  
1465 de concreto, além das questões já conhecidas dos senhores conselheiros, foi  
1466 colocando também em questão o art. 8º da Resolução, e o item 7 que você  
1467 mencionou, é o item 7 do anexo. Só para fins de gravação para identificação,  
1468 seria o item 6 de qual anexo?

1469

1470

1471 **A SRA. ALESSANDRA (SQA)** – É que no item 3 do Memorando que solicitou a  
1472 alteração, estava escrito assim: “Transferir o subitem 7 do item 2.3”. Na verdade  
1473 é: “Transferir o item 6 do item 2.3”.

1474

1475

1476 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Vou passar a palavra para a  
1477 Vanessa, para responder, e depois eu perguntaria se os senhores conselheiros,  
1478 se podemos deliberar a matéria ponto por ponto.

1479

1480

1481 **A SRA. ALESSANDRA (SQA)** – Então, eu queria tentar responder ao DNIT e a  
1482 Petrobrás. Esse problema já foi detectado, obviamente, porque nós começamos o  
1483 programa de capacitação, verificou que o contingente de auditores ambientais  
1484 para voluntária, no caso, que seria uma das primeiras etapas de transição que  
1485 poderiam estar realizando essa auditoria, eles já não são tantos, e teriam a  
1486 condição de se capacitarem para atender essa portaria, e no final, em dezembro  
1487 de 2005, nós publicamos a Portaria 353, acho que é de seis de dezembro que o  
1488 Ministério publicou, alterando esses prazos. Então, esse prazo foi estendido, não  
1489 é mais dezoito de Fevereiro de 2005, existe em vigor ainda um prazo de transição  
1490 para a realização dessas auditorias, vocês podem olhar nessa portaria. Isso foi  
1491 divulgado, eu não sei por que vocês talvez não têm o conhecimento disso. Mas, a  
1492 intenção do art. 8º era de fato dar credibilidade ao processo. Por que o que  
1493 acontece? Se você não estabelece alguns critérios mínimos de qualificação  
1494 desses auditores, acabam acontecendo auditorias com uma qualidade muito  
1495 inferior à esperada. Então, a intenção realmente foi essa, até por contatos que eu  
1496 tenho com as pessoas que participaram da elaboração dessa resolução, e  
1497 fortalecendo o sistema brasileiro de avaliação da conformidade, hoje nós temos  
1498 dentro do sistema, os organismos de certificação de auditores, que atualmente é  
1499 um apenas, mas que pode se estender a mais organismos, que certificam esses  
1500 auditores, e para certificá-los, eles têm que cumprir uma série de requisitos que  
1501 basicamente estão redigidos na Portaria 319. Nós já verificamos que existe esse  
1502 gargalo, atualmente, mais ou menos sessenta auditores estão registrados para  
1503 esse tipo de auditoria, isso está disponível no site do INMETRO, o nome desses  
1504 auditores e tudo mais. Agora, eu acredito que talvez uma revisão disso poderia  
1505 ser pensada, poderia ser até quem sabe executada, mas acho que para isso nós

1506 teríamos que ter uma discussão mais profunda a respeito do assunto, inclusive,  
1507 com a presença do INMETRO e das pessoas que representam os organismos,  
1508 dando as argumentações todas para nós tentarmos um bom termo. Talvez não  
1509 alterar totalmente, mas tirar alguns requisitos mais restritivos. Com relação ao que  
1510 vocês falaram sobre a capacitação, o Ministério do Meio Ambiente tem se  
1511 preocupado muito em capacitar os órgãos ambientais, porque de fato houve  
1512 algum problema nesses prazos, a Portaria 319 é de 2003, não foi dentro desse  
1513 prazo estabelecido; a 353 também não foi imediatamente após o fim da vigência  
1514 dos períodos da 319. Então, tem esses problemas mesmo. A intenção do  
1515 Ministério é capacitar os órgãos ambientais, nós temos feito vários cursos  
1516 destinados a eles, especialmente aos órgãos ambientais. E a orientação, no caso  
1517 da consulta prévia, que é uma exigência, a empresa comprovando que a consulta  
1518 foi feita e que a resposta não foi dada, isso, inclusive, é orientado em todos os  
1519 cursos que nós temos promovido, é que isso esteja documentado no processo, de  
1520 que a consulta foi feita, mas que não ouve resposta, portanto, a auditoria foi  
1521 executada sem essa resposta, a fim de cumprir prazos. Isso é perfeitamente  
1522 aceitável, essa orientação nós temos dado para os órgãos ambientais, inclusive.  
1523 Então, os órgãos ambientais estão sendo capacitados, no sentido de avaliar  
1524 esses relatórios, porque de nada adianta nós estabelecermos auditorias, mas eles  
1525 não terem condições de avaliar esses relatórios. Esses cursos são cursos  
1526 pesados, são cursos de quarenta horas, nós temos procurado formá-los como  
1527 auditores, para eles entenderem de fato como funciona uma auditoria, não que  
1528 eles se tornem auditores, porque para isso eles precisariam atender uma série de  
1529 outros requisitos, mas que eles tenham condições mínimas de analisarem  
1530 criticamente os documentos que tenham chegado aos órgãos ambientais. Eles  
1531 fato não têm prazo para responder isso, isso, inclusive, já foi levantado nesses  
1532 cursos que nós fizemos, e talvez seja uma outra coisa que precisa ser definida,  
1533 qual é o prazo, como tem para analisar e estudos de impacto ambiental, deveria  
1534 se ter para analisar os relatórios também. Agora, o fato é que se o relatório não é  
1535 devolvido, e se ele é aceito, o relatório juntamente com o Plano de Ação é aceito  
1536 pelo órgão ambiental, o empreendimento cumpriu a sua parte. Agora, os  
1537 procedimentos estão nas mãos dos órgãos ambientais, como eles vão agir a partir  
1538 daí. Faltou eu responder alguma coisa?

1539  
1540

1541 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – A Aline me pediu a palavra.

1542  
1543

1544 **A SRA. ALINE FIGUEIREDO DE FREITAS (DNIT)** – Até perguntar para a  
1545 Alessandra, desse terceiro pré-requisito, é o seguinte: o auditor, além dos outros  
1546 requisitos, ele tem que ter especialização, um curso de formação.

1547  
1548

1549 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Você está falando da portaria?  
1550 Porque nós estamos tratando da Resolução, quando você fala esse item, ele não  
1551 responde, para fins de gravação.

1552  
1553

1554 **A SRA. ALINE FIGUEIREDO DE FREITAS (DNIT)** – Estou falando da Portaria, o  
1555 item 3 do art. 3º. Então, ele diz que o auditor tem que ter uma especialização, com  
1556 duração de no mínimo quarenta horas, credenciado pelo INMETRO e reconhecido

1557 pelo MMA. Eu queria saber se o MMA reconhece algum curso, e se esses cursos  
1558 já estão implementados.

1559

1560

1561 **A SRA. ALESSANDRA (SQA)** – Então, Aline por isso que eu estou falando, na  
1562 verdade, faltou vocês terem conhecimento da Portaria 353, que saiu no dia seis  
1563 de dezembro, ela alterou, inclusive, esse item. Então, eu acho que seria  
1564 importante as pessoas verificarem essa portaria, porque ela alterou alguns pontos  
1565 que já tinham sido detectados como críticos, nessa 319.

1566

1567

1568 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Pelo que eu vi, além das questões  
1569 que foram mencionadas aqui, trazidas pelo MMA, nós temos também a questão  
1570 do art. 8º e também a questão do prazo de resposta que o órgão ambiental deve  
1571 trazer. Eu pergunto aos senhores conselheiros, se nós podemos tentar, nesse  
1572 caso, tratar da melhoria da redação do art. 8º aqui hoje, inclusive, se temos a  
1573 capacidade também de estabelecer esse prazo para melhoria, ou se há uma  
1574 necessidade de aprofundamento maior desta matéria, para que possamos  
1575 deliberar, ficaria para a próxima reunião. Que as outras matérias que vieram  
1576 anteriormente, nós achávamos que eram matérias muito simples, e talvez um  
1577 pouco da complexidade da questão, essa matéria talvez como tem para analisar  
1578 exija uma reflexão, como você mesmo falou, da definição dessa matéria. Ok.  
1579 Então, eu gostaria de perguntar isso aos conselheiros.

1580

1581

1582 **O SR. RONALDO JORGE DA SILVA LIMA (GOVERNO PARÁ)** – Eu acho que  
1583 existe aqui duas problemáticas: uma é a questão que está sendo discutida, que  
1584 está na pauta, que é questão de pauta, que é a alteração da portaria; e outra é  
1585 uma questão que foi levantada, que é a questão da portaria, são duas coisas  
1586 diferentes. Eu não vejo problema na questão que foi levantada aí com relação à  
1587 modificação da resolução, mas acho que a questão da portaria é um outro  
1588 momento, pode se discutir, eu acho que não é o assunto para nós tratarmos  
1589 agora aqui, porque senão não vamos chegar à conclusão. Vamos concluir esse  
1590 assunto, então eu acho que poderíamos chamar, talvez aqui nesse fórum ou em  
1591 outro fórum de discussão, tentar ver de que forma se trabalha na questão de se  
1592 discutir essa portaria, se rediscutir. Mas, eu acho que momento, o assunto de  
1593 pauta é outro.

1594

1595

1596 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Ok, Ronaldo, isso foi entendido  
1597 também, o próprio CONAMA delegou ao MMA que faça, como fez uma portaria,  
1598 disciplinando o art. 8º, mais ou menos isso. Pelo que eu tinha entendido, que  
1599 talvez o art. 8º mereceria alterações, pelo menos foi o que eu entendi, proposto  
1600 pelo DNIT, e alguma coisa que a Petrobrás tinha corroborado. Se os conselheiros  
1601 acharem por bem nós analisarmos apenas as questões trazidas pela SQA, nós  
1602 podemos avaliar, e o art. 8º talvez seja objeto de uma revisão, mas em outro  
1603 período.

1604

1605

1606 **O SR. ALEX CORREA LIMA (Petrobrás)** – No momento nós não temos proposta  
1607 de alteração, até porque veja bem: o art. 8º, ele de fato diz que é o Ministério do  
1608 Meio Ambiente que vai dar as condições para o auditor poder realizar aquela



1609 auditoria, e fixa um prazo para isso, a Resolução, o art. 8º, diz que o MMA irá  
1610 definir. Ocorre inicialmente que esse prazo não foi atendido, esses cento e oitenta  
1611 dias não foram cumpridos. A portaria que na época estava em vigência, que foi a  
1612 319, em parte não está, ela veio com mais de cento e oitenta dias, posterior à  
1613 publicação da Resolução. Nós estamos falando da portaria, porque no art. 8º da  
1614 resolução, que é o que nós estamos discutido, ele faz menção a que isso vai ser  
1615 criado pela portaria. Então, talvez nesse momento, para nós discutirmos isso aqui,  
1616 porque é um assunto que não é de pouca complexidade, eu acho, acho que  
1617 temos que discutir isso com mais calma, mas talvez pudesse ser feito em outro  
1618 momento. Eu não sei se seria o caso, senhor Presidente, de deixar previamente  
1619 agendado uma nova reunião para essa discussão, com as partes interessadas.  
1620

1621  
1622 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Eu queria ver a compreensão dos  
1623 senhores conselheiros, que nós poderíamos analisar essas alterações que foram  
1624 propostas pela SQA, inclusive, se a nova portaria esclarece, talvez, essas dúvidas  
1625 que foram levantadas. Então, nós deliberaremos sobre as questões colocadas  
1626 pela SQA e deixemos que o art. 8º seja analisando numa situação, inclusive, mais  
1627 amadurecida com a análise dessa nova portaria. Se os senhores conselheiros  
1628 entendem isso.  
1629

1630  
1631 **O SR. MARCELO TUNES (CNI)** – Eu entendo assim, apenas eu gostaria de  
1632 chamar a atenção ao seguinte: a proposta da SQA que está sendo examinada  
1633 aqui foi para fazer pequenas alterações na resolução, alterações de redação.  
1634 Mas, de qualquer forma a mecânica disso seria; aprovado aqui na Câmara  
1635 Técnica, isso iria para a Câmara de Assuntos Jurídicos e, posteriormente, salvo  
1636 engano, teria talvez que ir à plenária ou não. De qualquer forma, está levantada  
1637 essa questão do art. 8º, da resolução que disciplina a questão da portaria, e eu  
1638 concordo também que nós não temos nesse momento elementos para poder  
1639 aprofundar essa questão da portaria que vai incluir o art. 8º. Então, a mim  
1640 pareceria o seguinte: a proposta da SQA, de pequenas alterações na redação,  
1641 que visam aperfeiçoar a redação, no meu entender, ela não é premente, o que eu  
1642 estou querendo dizer é o seguinte, eu acho que enfraqueceria a resolução como  
1643 um todo, se nós levássemos esse assunto, aprovássemos, levássemos essas  
1644 alterações de hoje, e levássemos nesse caminho que foi descrito até o plenário,  
1645 para daqui a algum tempo, de novo, propormos uma nova alteração. Então, se  
1646 concordarem que ela não é premente, essas alterações, embora eles já possam  
1647 estar aprovada de princípio, a minha sugestão seria de que numa próxima reunião  
1648 nós já examinássemos essa questão do art. 8º junto com a portaria, e apresentar  
1649 daqui para frente, uma única proposição, em vez de ficar a cada momento  
1650 apresentar um pedaço de uma, um pedaço de outra. Seria a minha sugestão.  
1651

1652  
1653 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Gostaria de ouvir os outros  
1654 conselheiros, essa proposta do Doutor Marcelo.  
1655

1656  
1657 **A SRA. BÁRBARA TORRES (GOVERNO MINAS GERAIS)** – Eu concordo com a  
1658 proposta do Doutor Marcelo.  
1659

1660

1661 **O SR. WALMIR PEREIRA DO CARMO (GRAMA ONG's SUDESTE)** – Eu  
1662 concordo. Eu queria só entender, o Ministério do Meio Ambiente já afixou essa  
1663 portaria para a capacitação desses auditores, e cento e oitenta dias, o prazo não  
1664 foi atendido, é pouco. É isso?

1665

1666

1667 **A SRA. ALESSANDRA (SQA)** – A Portaria 319 é de agosto de 2003, ela não foi  
1668 publicada dentro desse prazo que foi previamente estabelecido na resolução.

1669

1670

1671 **O SR. WALMIR PEREIRA DO CARMO (GRAMA ONG's SUDESTE)** – Eu  
1672 entendo que cento e oitenta dias é um prazo muito pouco para atender essa  
1673 demanda. Mas, o que é então que está pegando? O conteúdo que tem que ser  
1674 modificado?

1675

1676

1677 **A SRA. FERNANDA LEITE (MMA/SQA)** – A questão é que o art. 8º, ele delega,  
1678 ele dá ao MMA essa competência, inclusive, de definir quais são os critérios que  
1679 deverão ser exigidos da auditoria. Então, na realidade a proposta deveria ser a  
1680 modificação do art. 8º, mas aí realmente precisa amadurecer um pouco, seria aqui  
1681 na parte do credenciamento, requisitos mínimos quanto ao credenciamento,  
1682 registros, certificação, qualificação, habilitação, experiência e treinamento  
1683 profissional. Então, seria de alguma forma que esses requisitos não fossem, eu  
1684 particularmente entendo, que não fossem além daqueles que já são exigidos para  
1685 os auditores ambientais, porque bem ou pau a formação de um auditor ambiental,  
1686 ela existe independente disso daqui. Então, não estaria invalidando, mas como a  
1687 própria Alessandra colocou, eu também desconheço a Portaria 353. Então, de  
1688 repente essa outra portaria teria complementado essas dificuldades.

1689

1690

1691 **O SR. MARCELO ASSIS (Secretaria Executiva do CONAMA)** – Pelo que eu  
1692 estou entendendo, não sei se a minha leitura está correta, não há um problema  
1693 no art. 8º que delegue essa competência ao Ministério do Meio Ambiente. O  
1694 problema seria o conteúdo da portaria. Então, eu acho que não caberia alterar o  
1695 art. 8º, acho que caberia discutir a portaria, o Ministério se comprometer a  
1696 rediscutir, apresentar as sugestões. E aqui na resolução, o art. 8º ficaria com está.  
1697 Não sei se estou interpretando corretamente.

1698

1699

1700 **O SR. ALEX CORREA LIMA (Petrobrás)** – Seriam duas coisas, tem sim a  
1701 questão do art. 8º da resolução e tem a questão da portaria. Se nós vamos partir  
1702 do princípio de que essa portaria que foi publicada, isso só para nós entendermos  
1703 um pouco da história, num prazo superior ao que a própria resolução diz que seria  
1704 publicada, isso pode até ser questionado a legalidade ou não disso. Esse é um  
1705 ponto. Eu acho que deve, e como a própria Alessandra falou anteriormente, o  
1706 único organismo credenciador, se eu não me engano, ainda hoje é o INMETRO,  
1707 isso em 2004, só era o INMETRO, estou falando besteira? Ou tem algum outro?

1708

1709

1710 **A SRA. ALESSANDRA (SQA)** – É que o INMETRO acredita os organismos que  
1711 vão certificar os auditores, ele pode acreditar, o INMETRO é o único que nós  
1712 temos no país, e possivelmente continuará sendo, a exemplo de todos os outros

1713 países do planeta. A questão é que o organismo acreditado pelo INMETRO para  
1714 avaliar esses auditores, é que hoje temos só um. Agora, poderia ter cinco, seis,  
1715 como nós temos hoje dezesseis certificadoras para a parte de auditorias  
1716 ambientais. Então, o INMETRO é o único creditor porque ele é o único.

1717

1718

1719 **O SR. ALEX CORREA LIMA (Petrobrás)** – E o único organismo que você falou  
1720 ainda hoje é o CIC/RAC?

1721

1722

1723 **A SRA. ALESSANDRA (SQA)** – É o CIC/RAC.

1724

1725

1726 **O SR. ALEX CORREA LIMA (Petrobrás)** – Então, vai cair naquele ponto que a  
1727 Fernanda começou a falar, nós estamos querendo ou não, você está limitando o  
1728 mercado para um número de profissionais, que é óbvio que não vão atender a  
1729 demanda das indústrias e das empresas, ou se forem atender, me desculpa, mas  
1730 eu acho que fica com uma carta na manga, para poder pedir um preço mais  
1731 elevado para participar de uma licitação, no caso da Petrobrás, nós temos que  
1732 fazer, e na hora que ele que for colocar o preço dele, ele sabe que como no Rio,  
1733 por exemplo, tem dois ou três, ele coloca o preço dele lá em cima. Então, nós  
1734 acabamos limitando um pouco isso.

1735

1736

1737 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Só um minutinho, eu vou interromper  
1738 porque os argumentos já foram colocados. Eu gostaria de que os conselheiros  
1739 agora, foi feita uma proposta pelo conselheiro, o Doutor Ronaldo fez algumas  
1740 perguntas, algumas dúvidas que foram colocadas, porque nós voltamos a discutir  
1741 o que nós tínhamos discutido inicialmente.

1742

1743

1744 **A SRA. ALESSANDRA (SQA)** – Posso só fazer uma questão de  
1745 encaminhamento? Eu acho assim, a nossa proposta é de uma alteração que não  
1746 vai mudar o conteúdo, o mérito da resolução, só aprimorá-la, no sentido de não  
1747 ficar um documento mais extenso, porque repete o item todo, e um documento  
1748 mais palatável, mais certinho, mais correto, mais adequado. E com relação ao art.  
1749 8º, eu particularmente entendo que de fato a portaria não cumpriu o prazo  
1750 estipulado, o que levaria talvez a uma questão jurídica maior. Agora, eu acho que  
1751 como o Marcelo falou, ela remete a uma portaria que o Ministério..., quer dizer o  
1752 problema está mesmo na portaria, no conteúdo que ela estabeleceu. E pelo que  
1753 nós estamos conversando aqui, eu estou começando a perceber que não existe  
1754 um entendimento total do que é o sistema de avaliação da conformidade, do  
1755 sistema brasileiro. Então, ainda existe dúvidas com relação a esse sistema, pela  
1756 fala do Alex, da Petrobrás. Eu acho que tem alguns entendimentos de Sistema  
1757 Brasileiro de Avaliação da Conformidade, que não estão uniformizados aqui. E  
1758 daí, eu acho que vai competir ao Ministério, de fato, fazer a revisão da 319,  
1759 complementada pela 353, que é um processo que vai à parte. Ela altera alguns  
1760 dispositivos da 319. A portaria do Ministério do Meio Ambiente, 353 de seis de  
1761 dezembro de 2005, que alterou alguns dispositivos da portaria 319 do Ministério  
1762 do Meio Ambiente.

1763

1764

1765 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Então, para ficar mais claro aos  
1766 senhores conselheiros, o Ministério de Meio Ambiente propõe que nós nos  
1767 atemos nesse momento, a analisar as propostas, sugestões de alteração? Só  
1768 para essa questão tem a proposta do Doutor Marcelo, Aline, porque nós não  
1769 podemos ficar o tempo todo discutindo essa matéria.

1770

1771

1772 **A SRA. ALINE SILVEIRA DE FREITAS (DNIT)** – Só dois minutos, é só a questão  
1773 do art. 8º, acho que o foco chegou, é porque na realidade o art. 8º da Resolução  
1774 dá competência ao MMA, que não é dele, é do INMETRO, porque é isso que a  
1775 portaria faz, mas essa competência foi atribuída pelo art. 8º.

1776

1777

1778 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – A questão de legalidade, eu gostaria  
1779 que esse assunto fosse discutido na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e não  
1780 nessa. Ela já passou uma vez pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, e  
1781 essa questão, eu não me lembro da reunião, eu me lembro que esse assunto foi  
1782 mencionado, inclusive, eu acompanhei essa matéria, inclusive, no CONAMA, não  
1783 me lembro de terem colocado a legalidade dela. Acho que esse assunto pode vir  
1784 a ser, inclusive, questionado na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, nós aqui,  
1785 inclusive, questão legal, nós não temos capacidade jurídica para poder estar  
1786 analisando. Doutor Marcelo, nós ficamos com a sua proposta, eu pergunto aos  
1787 senhores conselheiros, que devido a essa dúvida de melhorar ou não o art. 8º, ou  
1788 se nós nos atemos às questões...

1789

1790

1791 **A SRA. ALESSANDRA (SQA)** – Eu posso só fazer um pequeno destaque? Eu  
1792 entendo perfeitamente as colocações do senhor Marcelo, no sentido do  
1793 fortalecimento da resolução. Mas eu tenho preocupação realmente com o prazo,  
1794 porque assim: esse nosso memorando, por exemplo, foi enviado no dia vinte de  
1795 dezembro de 2004; nós estamos a um e meio esperando para fazer essas  
1796 alterações, que não comprometem em nada o documento. Então, eu fico  
1797 realmente preocupada, de nós travarmos mais uma vez, de nós não deliberarmos  
1798 sobre essas alterações, e de repente essa próxima reunião demorar muito  
1799 acontecer. Eu gostaria muito de reforçar, se possível, nós conseguirmos deliberar  
1800 essa alterações.

1801

1802

1803 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Mas, vamos voltar à questão aqui, se  
1804 nós deliberamos a matéria só colocada pela SQA, e a questão do art. 8º possa  
1805 ser discutida posteriormente. A Bárbara tinha se manifestado, depois de termos  
1806 ouvido.

1807

1808

1809 **A SRA. BÁRBARA TORRES (GOVERNO MINAS GERAIS)** – Apesar de ter  
1810 concordado inicialmente com o Doutor Marcelo, após a exposição da Alessandra,  
1811 eu estaria mudando de opinião, porque pelo que ela falou, o art. 8º não seria  
1812 modificado, não existe essa proposta de modificação do art. 8º. Então, eu acho  
1813 que eu fico com ela.

1814

1815

1816 **O SR. WALMIR PEREIRA DO CARMO (GRAMA ONG's SUDESTE)** – Eu  
1817 também estou de acordo.  
1818  
1819  
1820 **O SR. RONALDO JORGE DA SILVA LIMA (GOVERNO PARÁ)** – Era um  
1821 assunto que estava me deixando um pouco confuso, mas agora pela colocação  
1822 do DNIT de está querendo discutir a questão da competência, de realmente  
1823 estabelecer esse tipo credenciamento, certificação, ver se cabe ao MMA. Mas o  
1824 Helder colocou bem, não é um assunto pertinente a esta Câmara. Acho que  
1825 talvez possamos tratar das alterações da Secretaria, e posteriormente a DNIT  
1826 pode solicitar que vá para a Câmara de Assuntos Jurídicos para se discutir o art.  
1827 8º. Agora, a portaria, eu acho que o consenso é claro que ela tem que ser  
1828 revisada.  
1829  
1830  
1831 **O SR. MARCELO TUNES (CNI)** – Eu volto a repetir o espírito da minha proposta,  
1832 mas de qualquer forma eu já tenho direito. Eu quero apenas dizer qual é o espírito  
1833 da minha, a proposta é a seguinte: está claro que a SQA nos apresentou, vi o  
1834 memorando, etc., essas alterações de redação, inclusive, eliminando uma parte  
1835 que está repetida, realmente torna a resolução mais clara. No entanto, levantou-  
1836 se um questionamento a respeito do art. 8º, que na realidade, eu volto a repetir:  
1837 tudo isso está muito mais ligada à questão das portarias do que propriamente  
1838 isso. A DNIT levantou um novo aspecto sobre isso. Então, a minha proposta foi de  
1839 que embora já tenha passado muito tempo da manifestação da SQA, na  
1840 realidade, essas alterações, elas não são prementes, no sentido de que a  
1841 resolução não está sendo aplicada, e pedir que de repente mais adiante se  
1842 verifique a necessidade de novamente ter que fazer uma modificação na  
1843 resolução, esse foi o sentido da minha proposta. Mas eu concordo, já estou  
1844 derrotado, três a um aqui. Então, vamos nos manter nisso, mas aceitando a  
1845 recomendação da Secretaria do CONAMA, de que de certa forma, eu acho que  
1846 poderia ser a própria SQA, promova junto ao Ministério, no sentido de fazer uma  
1847 revisão da portaria, e aí sim, ao invés de se uma coisa meramente interna,  
1848 convocassem as partes interessadas, tipo DNIT, a Petrobrás e outro para  
1849 participar dessa revisão.  
1850  
1851  
1852 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Agradeço. A Câmara Técnica  
1853 entende da sugestão do Doutor Marcelo, que a portaria, na revisão dela, a SQA  
1854 se compromete a convidar esses segmentos que estão aqui presentes, que  
1855 levantaram a dúvida, inclusive, da portaria, para que se discuta e amadureça essa  
1856 idéia. Acho que a Câmara Técnica leva essa recomendação à SQA, para que isso  
1857 seja realizado. Então, passamos para a deliberação, e para fins de gravação, eu  
1858 gostaria de citar os itens que estão sendo alterados, para que se haver alguma  
1859 checagem, se alguém ler aquelas transcrições de fitas, fique mais claro. Está em  
1860 análise a sugestão de alteração do art. 4º da Resolução 306, onde se conclui a  
1861 palavra "ambiental" depois de "legislação". Alguma manifestação dos conselheiros  
1862 em contrário? Podemos considerá-la aprovada. Nós vamos agora para os anexos,  
1863 o anexo I não tem nenhuma alteração; o anexo II, no item 2.2, inciso II há uma  
1864 alteração de texto, incluindo a expressão "visita prévia à instalação auditada".  
1865 Pergunto aos senhores conselheiros, se alguém tem alguma objeção a essa  
1866 sugestão de alteração? Não? Podemos considerá-la aprovada. No mesmo item  
1867 2.2, depois do inciso V há uma transferência do inciso VI do item 2.3 para o inciso

1868 2.2, transformando em inciso VI, na qual vou lê o texto: “Consulta prévia aos  
1869 órgãos ambientais competentes, a fim de verificar o histórico de incidentes  
1870 ambientais, inclusive, dos seus desdobramentos jurídico-administrativos e dos  
1871 cadastros ambientais”. Gostaria de perguntar aos senhores conselheiros se têm  
1872 alguma manifestação em contrário? Consideramos aprovado. Com essas  
1873 alterações, há uma remuneração, é óbvio que não precisa nem colocar em  
1874 aprovação. E por ultimo, no inciso IV há uma proposta de exclusão do item 4  
1875 inteiro, já que ele simplesmente repete o item 3, para esclarecimento.  
1876 **(Intervenção fora do microfone)** Eu estou falando da Resolução atual em  
1877 vigência, eu estou seguindo a numeração dessa, e depois a correção também é  
1878 citada. Há uma exclusão do item 4 inteiro. Eu gostaria de perguntar aos senhores  
1879 conselheiros, se há alguma objeção? Então, fica excluído. E por questão de  
1880 numeração, o inciso que estava escrito 4.2, ele passa a ser o 4, na qual nós  
1881 citaremos o título dele só para questão de certificação. O item 4 passa a ser: “O  
1882 plano de ação deverá conter no mínimo”. Eu perguntaria aos senhores  
1883 conselheiros, alguma questão, alguma objeção? Consideramos aprovado. Por  
1884 favor, Marcelo.

1885  
1886

1887 **O SR. MARCELO ASSIS (Secretaria Executiva do CONAMA)** – Só uma  
1888 questão para dá encaminhamento, nós podemos fazer uma nova resolução,  
1889 alterando essa, ou então republicar a resolução, como se fosse uma correção,  
1890 pedir uma republicação da resolução. Quem vai decidir é a Jurídica, mas não sei  
1891 se vamos fazer alguma sugestão nesse sentido.

1892  
1893

1894 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Marcelo, eu gostaria que isso fosse  
1895 consultado à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e a CONJUR do Ministério  
1896 do Meio Ambiente, para que se tome essa deliberação. Eu acho que a nossa  
1897 Câmara não tem a competência técnica para tomar essa decisão, eu gostaria que  
1898 fosse consultado, inclusive, a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos para tal, nós  
1899 tratamos as questões mais técnicas aqui. Senhores, vencida essa matéria, nós  
1900 temos agora o item 2.3, que trata sobre: “Solicitação de diretrizes de ordenamento  
1901 de pequena empresa”. Assunto levantado pelo Doutor Ronaldo, e depois temos  
1902 assuntos gerais.

1903  
1904

1905 **O SR. RONALDO JORGE DA SILVA LIMA (GOVERNO PARÁ)** – Na verdade,  
1906 essa questão surgiu da 6ª Reunião desta Câmara Técnica, que nós discutimos a  
1907 necessidade de se discutir nesta Câmara Técnica, estabelecer critérios para o  
1908 ordenamento dessa atividade. Essa atividade da pequena mineração, na verdade,  
1909 ela atinge todos os estados brasileiros, todos os países do mundo, e é um  
1910 problema que na verdade os órgãos ambientais vem encontrando no  
1911 gerenciamento dessa atividade, devido ao grande número de clandestinidade,  
1912 quer dizer, é um tipo de atividade que na sua maioria é feito por leigo, apesar de  
1913 ser uma atividade ligada à mineração, mas ela é executada por leigos, por  
1914 pessoas que não tem uma ligação direta com a mineração. É uma atividade que  
1915 tem uma comercialização com o produtor final, então ela foge dos tributos que  
1916 são impetrados para a mineração, e tem um reflexo muito negativo em relação ao  
1917 meio ambiente. E muitas vezes os órgãos têm dificuldade de cobrar todas as  
1918 questões ligadas à Política de Gerenciamento Ambiental. Então, eu acho que nós  
1919 devíamos começar a dá início, com certeza não esgotaremos isso aqui nesta

1920 reunião, mas dá início até mesmo numa revisão ou na criação de uma nova  
1921 resolução, ou de uma revisão da própria 010/90 do CONAMA, que trata  
1922 diretamente dessa questão, quanto ao seu licenciamento. Isso aí é só uma  
1923 chamada, não sei se alguém quer se manifestar, para a importância urgente de se  
1924 discutir diretrizes para um melhor gerenciamento dessa questão. Um outro  
1925 assunto que atinge diretamente agora, acho que você mesmo, Helder, pode falar  
1926 um pouco com relação a isso, a questão da resolução que trata das áreas de  
1927 preservação permanentes, que na verdade exclui, deixa de fora esses minérios  
1928 com relação à questão da utilidade pública, parece que tem um item lá de  
1929 interesse social, tem uma questão de entendimento, uma manifestação.

1930

1931

1932 **SRA. NÃO IDENTIFICADA** – Todos os bens minerais ou eles são de utilidade  
1933 pública ou eles são de interesse social. A questão do pequeno minerador não foi  
1934 diretamente afetada por essa questão não.

1935

1936

1937

1938 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – O que aconteceu foi que não o  
1939 pequeno minerador, porque as atividades de extração na resolução do CONAMA  
1940 sobre areia e argila, brita, saibro, ficou definido que elas não foram consideradas  
1941 como de utilidade pública, são consideradas de interesse social. A grande  
1942 diferença entre interesse social e utilidade pública, nesse caso, é a extração de  
1943 areia, na utilidade pública você não pode ter intervenção em nascentes. Mas, de  
1944 qualquer forma foi uma questão que o CONAMA deliberou, houve uma  
1945 discriminação de uns bens minerais, mas acho que não é o objeto dessa  
1946 resolução. Ronaldo, com a relação à questão que você colocou, eu não sei se os  
1947 senhores conselheiros ainda tem uma paciência, o Ministério de Minas e Energia  
1948 preparou, eu não diria uma apresentação, da demanda de um assunto que nós  
1949 podemos demandar de discussão, se for o caso nós fazemos a apresentação.  
1950 Nós pegamos esse assunto de pequena mineração, e de uma revisão rápida que  
1951 nós fizemos de todas as resoluções que tratam de pequena atividade de baixo  
1952 impacto, alguma coisa assim, as atividades de pequeno porte ou de baixo impacto  
1953 ambiental. Porque às vezes a mineração é pequena, ela pode causar um grande  
1954 impacto, mesmo a extração de areia, a extração de argila, dependendo da  
1955 situação, ela pode causar um grande impacto, mesmo a mineração, digamos  
1956 assim, que ela gere um volume de material muito grande, ela causa um impacto  
1957 menor, às vezes, do que uma extração de areia. Então, é muito difícil podermos  
1958 traçar uma linha. Se os senhores tiverem paciência, eu sei que estão com fome,  
1959 nós fazemos essa apresentação, inclusive, eu pretendo ir muito rápido, eu posso  
1960 falar em dez minutos. Agora, são assuntos que nós estamos trazendo, eu quero  
1961 dizer aos senhores, que essa é uma idéia que está começando a ser  
1962 amadurecida. Então, ela não é uma apresentação que não vai ser disponibilizada,  
1963 é só um conjunto de idéias que nós estamos começando a ter para definir o que é  
1964 baixo impacto, principalmente uma idéia vinda, inclusive, da Resolução da APP,  
1965 que é a Seção V, se não me engano, ela trata disso, o que é baixo impacto, tentar  
1966 definir isso. Então, eu vou aproveitar a paciência dos senhores. Eu vou procurar  
1967 ser muito rápido, senhores conselheiros, para os que ainda estão resistindo à  
1968 fome aí. A primeira coisa é essa questão de baixo impacto, mineração, pequena  
1969 mineração, essas questões todas, primeiro: analisar e definir quais são as  
1970 atividades desenvolvidas na mineração de baixo impacto ambiental; segundo:  
1971 conceituar as atividades de baixo impacto ambiental; e o terceiro: propor normas

1972 infra-legais e procedimentos para uniformizar as ações dos órgãos de controle  
1973 ambiental e os gestores dos bens minerais, inclusive, orientando até o setor  
1974 produtivo, saber o que é baixo impacto ambiental ou não. Bom, aqui eu faço só  
1975 um resumo das resoluções que trataram de uma certa forma, inclusive, dando  
1976 nomes diferentes, mas com a idéia semelhante, você tem a 010 que o Ronaldo já  
1977 tinha mencionado, você tem a 273, a 279 que fala de pequeno porte, que é  
1978 aquela das usinas de pequeno porte, a Resolução 05 da 308 que trata da  
1979 significância de empreendimento; a Resolução 349 que trata de  
1980 Empreendimentos Rodoviários, e a Seção 5 da Resolução 369 da APP. Bom, nós  
1981 fizemos uma pequena avaliação rápida, quais são as atividades que a mineração  
1982 faz? Então, eu tenho serviços topográficos, abertura de vias, instalação de  
1983 acampamento, mapeamento geológico, prospecção de geofísica e geoquímica,  
1984 coleta de testemunhos, retirada de material, escala piloto e elaboração de projeto  
1985 de engenharia. A instalação da atividade, é o canteiro de obras, remoção de  
1986 vegetação, terras planagem, estocagem de vegetação, abertura de vias, preparo  
1987 de locais, construção de infra-estrutura e instalação de apoio, sistema de  
1988 captação e armazenamento de água. Preparação da lavra, retirado a cobertura de  
1989 vegetal, de capeamento, abertura de vias subterrâneas, retirada do solo,  
1990 disposição de estérreo. Na lavra mineração, você tem a escavação mecânica,  
1991 carregamento de transporte, minério, drenagem da mina das áreas operacionais,  
1992 perfuração de desmonte de rochas. Aí vem o beneficiamento mineral, do que está  
1993 no licenciamento, se ele tem brita, se ele tem classificação, produto químico ou  
1994 não. Nós tivemos uma aula muito boa, até foi uma seqüência toda da mineração  
1995 até o transporte dela. Aí nós entramos também na desativação da mina, como é  
1996 que se faz, a regeneração, monitoramento da área, e assim por diante. Bom, os  
1997 impactos ambientais, nós sabemos que a atividade minerária, ela causa no meio  
1998 físico, o meio físico é aquele comum, água solo, ar e ou ruído. Eu quis ressaltar  
1999 muito as pessoas. A questão da economia e cultura, e na cultura, eu ressalto  
2000 muito, não só os sítios históricos, como vamos colocar aí em homenagem a duas  
2001 pessoas, uma a Ouro Preto, até agora a cidade de Caetité, que também é uma  
2002 cidade histórica na Bahia. Bom, a atividade minerária de baixo impacto, aqui que  
2003 começa mesmo a palestra, eu queria reforçar isso, que são idéias que nós  
2004 estamos amadurecendo, e em princípio nós estamos pensando como é que  
2005 depois nós vamos elaborar isso. Não causa contaminação química na água, no ar  
2006 ou no solo, de baixo impacto, que não causa movimentação de terra, de volume  
2007 superior, em torno de cinco metros cúbicos para pesquisa, vinte metros cúbicos  
2008 para a lavra ou mais, ou trinta metros cúbicos, dependendo da região; e cinco  
2009 metros cúbicos para pesquisa, para alguma outra movimentação, que não cause  
2010 o desmatamento acima de cinco hectares ou de vinte hectares, dependendo do  
2011 respectivo bioma. E atividades que interferem nas atividades urbanas. Então, eu  
2012 acho que eu trouxe o errado, não era esse. Desculpem-me, eu cometi um lapso  
2013 aí, eu copieei o errado, pessoal. Não era esse que eu fiz a correção, se os  
2014 senhores tiverem a paciência, eu desço lá eu faço a cópia. Não está aí.  
2015 Infelizmente, não estão aí os outros itens que foram abordados. Para os senhores  
2016 terem uma idéia, o que nós consideramos de baixo impacto, quando é na poluição  
2017 atmosférica, são aquelas atividades que não causam, por exemplo, na emissão  
2018 de particulado acima do que a resolução do CONAMA trata. A mesma coisa na  
2019 emissão de efluentes líquidos, aquele corpo d'água que tem uma classificação, e  
2020 aí na Resolução 357, que trata de classificação de águas, ela fala que os corpos  
2021 d'água se não forem enquadrados, classe dois. Então, a mineração que colocar o  
2022 seu efluente com a qualidade da água igual à classe dois ou inferior a isso, é uma  
2023 atividade da mineração que é de baixo impacto. E assim por diante, na questão



2024 da biota, por exemplo, a sobreção de vegetação, vegetação onde você tem áreas  
2025 já muito antropizadas, por exemplo. Então, nós consideramos que ela é de baixo  
2026 impacto, ou então antropizada com uma forma de regeneração, que tipo de  
2027 regeneração que está tendo ali? Esse também deve ser considerado o que é de  
2028 baixo impacto. Com relação à questão antrópica do homem, por exemplo,  
2029 associa-se muito o meio físico com o meio antrópico, ou seja, mineração em área  
2030 urbana, pode uma pedreira detonar com explosivos, porque muitas vezes na  
2031 mineração você pode fazer a implosão que não causa problema ambiental  
2032 nenhum, não causa vibração ou não causa impasse de ultra-lançamento. Nós  
2033 podemos considerar essa atividade de baixo impacto? Então, são esses conceitos  
2034 que o Ministério de Minas e Energia está desenvolvendo, está amadurecendo, e  
2035 que nós estamos pensando em traçar uma régua disso. Nós conseguimos fazer  
2036 essa abordagem, a partir de agora é impactante ou não é impactante? Não é,  
2037 Ronaldo, foi muito no gancho do que o Ronaldo tinha sugerido, nós estamos  
2038 conversando isso há bastante tempo. Eu não sei que quando consideramos  
2039 mineração de pequeno porte, às vezes, ela pode causar um dano ambiental maior  
2040 do que uma grande mineração que tem um controle todo adequado. Eu acho que  
2041 são as atividades na mineração que nós temos que considerar, um conjunto  
2042 dessas atividades é que vai nos dá no cruzamento de quais unidades são de  
2043 baixo ou médio ou grande impacto. Essa conceituação do que é de baixo impacto,  
2044 o que significa isso? Que ela vai passar por um processo de Licenciamento  
2045 Ambiental não tão exigir como EIA/RIMA para uma coisa que não precisa, e aí eu  
2046 gosto de falar, às vezes os consultores não gostam. Falar que assim: dá dinheiro,  
2047 precisa de EIA/RIMA é dá dinheiro para consultor ambiental, numa atividade que  
2048 não há necessidade daquele estudo mais profundo, é claro que ele é objeto de  
2049 licenciamento, agora que tipo de licenciamento nós vamos ter.

2050

2051

2052 **A SRA. BÁRBARA TORRES (GOVERNO MINAS GERAIS)** – Eu não sei se você  
2053 tem conhecimento, a questão de empreendimentos que foram considerados de  
2054 baixo impacto ambiental, que não sofre o licenciamento LP, LI e LO e sim uma  
2055 autorização ambiental de funcionamento, onde não existem estudos ambientais, e  
2056 o empreendedor é o responsável, ou então o responsável técnico da empresa é o  
2057 responsável civilmente, caso ele não diga a verdade. Olha, essa experiência, na  
2058 área de mineração tem sido muito duvidosa, é muito complicada, porque como é  
2059 que você diz, porque em Minas atualmente o potencial poluidor é emitido pela  
2060 produção bruta, o que é retirado da mina. Então, como é que você faz, um minério  
2061 de ferro que produz pouco, você vai ter a coragem de dizer que é baixo impacto  
2062 ambiental como a cava? Então, mineração, eu acho que nós temos que ter muito  
2063 cuidado, não pode ser tratado como um empreendimento qualquer.

2064

2065

2066 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Bárbara, hora nenhuma o Ministério  
2067 de Minas e Energia colocou que mesmo atividade mineral de baixo impacto, ela  
2068 não é objeto de licenciamento. Não foi isso. O que nós estamos colocando é  
2069 passando uma régua.

2070

2071

2072 **A SRA. BÁRBARA TORRES (GOVERNO MINAS GERAIS)** – Eu entendi, mas  
2073 como eu tenho uma experiência negativa, eu queria alertá-lo, que é muito  
2074 complicado essa linha, essa reta aí.

2075 **O SR. RONALDO JORGE DA SILVA LIMA (GOVERNO PARÁ)** – Deixa-me fazer  
2076 uma proposta. Eu acho que na verdade nós resolvemos essa questão, fazendo  
2077 uma proposta de reformulação da 010, porque a 09/90 do CONAMA, ela já  
2078 estabelece que todos os bens minerais é necessário para o licenciamento  
2079 ambiental, um estudo de impacto ambiental, ela abre na 010 para o minério de  
2080 uso na construção civil. Só que não é definido quais são as atividades, na  
2081 verdade não é bem definido quais são aquelas atividades que podem elaborar ou  
2082 ser dispensada do estudo de impacto ambiental. Então, na verdade ela remete  
2083 para o órgão, fica a critério do órgão ambiental definir se é de baixo impacto. Só  
2084 que esse termo estabelecido, na verdade é regra, na verdade toda atividade de  
2085 mineração na construção civil, já se dispensa o estudo de impacto ambiental, já  
2086 entra na questão do relatório de controle ambiental. Eu acho muito pertinente a  
2087 sugestão do Helder, porque nessa reformulação da 010, nós já podemos  
2088 estabelecer quais são os critérios que você define que é atividade de baixo  
2089 impacto, e quais são aquelas que são passíveis de apresentação do estudo de  
2090 impacto ambiental. Porque não tendo esse critério, acabou-se estabelecendo  
2091 essa regra, todo mundo é dispensado do estudo de impacto ambiental.  
2092 Realmente é comprovado isso em todos os estados brasileiros, algumas  
2093 atividades que normalmente tem um pólo impactante muito alto, maior do que  
2094 uma outra atividade que é exigido o EIA/RIMA, acho que o grau de impacto é até  
2095 menor. Então, eu acho que o objetivo seria esse, estabelecer esses critérios que  
2096 não estão definidos na 010.

2097  
2098

2099 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Eu preciso pegar esse gancho, só  
2100 esse baixo impacto, o Ministério de Minas e Energia traçou uma política, e já está  
2101 em andamento, não só esse assunto de baixo impacto, mas são vários outros,  
2102 aquela questão que você colocou mesmo, Bárbara, nós estamos avaliando  
2103 também pesquisa mineral, os consultores já estão contratados, qual pesquisa  
2104 mineral é objeto de Licenciamento Ambiental? Porque você tem órgãos  
2105 ambientais aí que entraram pedindo pesquisa, já estão pedindo licenciamento  
2106 ambiental, só são itens. O outro é relevância de caverna, qual caverna é  
2107 relevante? O Ministério de Minas e Energia, através de uma seleção de consulta,  
2108 várias consultas aí, no meu entender, nós contratamos os melhores (...) do Brasil,  
2109 não vou citar o nome dele, mas é uma pessoa que vem trabalhando nisso há  
2110 muito tempo. E por último, que são quatro itens, nós também já contratamos e  
2111 estamos em fase final de assinatura de contrato, é definir e conceituar o que é  
2112 passivo ambiental. São coisas que estão cada vez mais, inclusive, quem trabalha  
2113 no controle ambiental, no licenciamento; o Ronaldo, eu sei que trabalha, a  
2114 Bárbara trabalha muito nisso, hoje os técnicos, antigamente nós não tínhamos  
2115 muito essa necessidade, eu falo nós tínhamos, porque eu trabalhei muito nisso  
2116 também. E esses conceitos estão cada vez mais sendo afunilados e precisa para  
2117 dar um conforto técnico, não só para o órgão ambiental, não só para o DMPN que  
2118 trata disso, mas também para o setor empresarial, para saber - como é que ele  
2119 vai tratar a questão? Então, essa é a primeira idéia que nós trouxemos aqui,  
2120 espero que a próxima reunião nossa, nós já possamos fazer, inclusive, uma  
2121 proposta de resolução, para que isso precise ser uma norma em nível federal, não  
2122 adianta nada o setor mineral, o Ministério de Minas e Energia, trazer de uma  
2123 portaria aqui do Ministério ou do próprio DMPN definir e conceituar todos, se não  
2124 está enraizado também nos órgãos de controle ambiental. Então, eu só queria  
2125 pedir desculpas, que não era essa a apresentação, deu um trabalho danado, mas  
2126 é um conjunto de questões.

2127 **A SRA. BÁRBARA TORRES (GOVERNO MINAS GERAIS)** – Rapidinho, eu acho  
2128 que seria importante que essa resolução do DMPN saísse pelo menos com o aval  
2129 do MMA ou do IBAMA, porque se não nós não vamos conseguir aplicar direito.

2130  
2131

2132 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – O DMPN não tem resolução, a  
2133 resolução é do CONAMA.

2134  
2135

2136 **A SRA. BÁRBARA TORRES (GOVERNO MINAS GERAIS)** – Tá, Ok, perdão.

2137  
2138

2139 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – É do CONAMA, porque não adianta  
2140 nada só avisar um, tem que ser uma coisa em conjunto. E por isso o Ministério de  
2141 Minas e Energia, trazendo a contribuição sobre esses problemas, esses  
2142 gargalhos que nós estamos tendo, nós estamos colocando a discussão, para que  
2143 amadureça, para que melhore a resolução, mas que nós tenhamos esses  
2144 conceitos, nós passemos a ter esses conceitos, para que fique mais fácil. Você  
2145 está dentro de uma situação muito complicada, como Gerente da Área de  
2146 Metálicos, em Minas; e o Ronaldo, Diretor de Controle Ambiental no Pará, são os  
2147 dois maiores estados mineradores do país, por isso até vocês fazem parte da  
2148 Câmara. Por isso que é importante, essa experiência que vocês têm para nós  
2149 podermos amadurecer essa idéia.

2150  
2151

2152 **O SR. MARCELO TUNES (CNI)** – Eu acho de todo louvável essa idéia do  
2153 Ministério de Minas e Energia, que está sendo trazida pelo Helder, até mesmo  
2154 porque nós temos participado de algumas dessas discussões que estão sendo  
2155 feitas. No entanto, eu acho que uma ponderação que teria que ser feita, é no  
2156 sentido de que realmente nós, como você disse muito bem, são algumas idéias  
2157 de natureza preliminar que estão sendo jogadas, e eu acho que seria necessário  
2158 aprofundar no Ministério de Minas, isso, de tal forma que dentro de um processo  
2159 que o Ministério de Minas e Energia vem fazendo e vem cada vez mais  
2160 enriquecendo, inclusive, trazer para a Mesa, a discussão no âmbito do Ministério  
2161 de Minas e Energia, as partes interessadas, mineradores, etc. e tal, no sentido de  
2162 que possamos buscar coisas de mais consensos em todo momento, que se tiver  
2163 que vencer esse consenso, aí seria o momento adequado para nós trazermos  
2164 aqui para essa Câmara Técnica. Mas, eu quero mais uma ressaltar, ficar  
2165 registrado que é inteiramente louvável isso que está sendo feito, de fato há uma  
2166 necessidade, eu diria em muitos pontos, a Legislação Ambiental, ela está já meio  
2167 anacrônica ao longo do tempo. Eu tenho muito defendido isso, de que nós  
2168 precisamos, inclusive, a própria filosofia inicial da legislação ambiental, feita à  
2169 época que foi feita a partir de 1981, muito calcada em comando e controle, ela  
2170 hoje está precisando de ser mais adequada aos parâmetros de desenvolvimento  
2171 sustentável, que pressupõe, como uma questão básica, a participação de todos  
2172 na elaboração daquilo que vai ser uma coisa para todo mundo. E cada vez mais,  
2173 à medida que está se verificando, como até hoje se mostrou no outro exemplo,  
2174 que essa questão do comando e controle está se tornando impossível de ser  
2175 aplicada, porque os órgãos não têm capacidade para isso. Verificamos aqueles  
2176 casos que foram citados na parte da manhã, a respeito da questão dos auditores.  
2177 etc., Imagine isso, quer dizer, se de um lado, fora do poder público você está com  
2178 dificuldade de ter esse pessoal, imagine dentro. Então, eu acho que à medida que

2179 nós conseguimos construir regulamentos, marcos regulatórios que já *di per si* já  
2180 foram elaborados na base de um consenso e participação de todos, ele se torne  
2181 muito mais aceitável se possível de aplicação. Então, eu volto a repetir: elogiar a  
2182 iniciativa do Ministério de Minas e Energia, especificamente da Secretaria de  
2183 Geologia, está buscando isso, mas acho que é um processo que nós temos que  
2184 realmente amadurecer para depois poder trazer para o CONAMA. Obrigado.  
2185

2186

2187 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Obrigado, Marcelo, eu só queria,  
2188 inclusive, não só o próprio setor, tanto institucional da mineração, quanto o próprio  
2189 setor produtivo, os órgãos de controle ambiental e a sociedade civil, aqui muito  
2190 bem representada, pelo meu caro Walmir, que essa discussão, ela se der de uma  
2191 forma, como o Marcelo mesmo disse, de mineração sustentável, nós estamos  
2192 colocando, trazendo a sugestão do Ministério de Minas e Energia para que  
2193 possamos melhorar cada vez mais, e que a mineração é necessária, nós todos  
2194 sabemos disso. Agora, o controle e o cuidado ambiental também são tão  
2195 importantes quanto à existência da mineração. Eu queria, se algum outro  
2196 conselheiro teria manifestação nesse assunto, porque nós estamos praticamente  
2197 encerrando. Nos assuntos gerais também, ninguém quis se manifestar nesse  
2198 assunto, também há uma preocupação do acompanhamento dos  
2199 desdobramentos que virão relativos à Resolução 369 do CONAMA, sobre criação  
2200 do Grupo de Trabalho, isso foi levantado já por vários segmentos, pediram até  
2201 que o Ministério de Minas e Energia trouxesse essa matéria aqui, e que a própria  
2202 Câmara Técnica, também se posicionasse no acompanhamento desse Grupo de  
2203 Trabalho, ou seja, da aplicação da APP, da Resolução da APP. A segunda coisa  
2204 também seria o acompanhamento bem próximo dos conselheiros aqui, dos  
2205 participantes desta Câmara, dos seminários que vão ter, que vão tratar, inclusive,  
2206 de definições, conceituações, o que é recuperação, restauração de APPs, como  
2207 se vai dá isso, quais são as técnicas. Então, eu acho que é importantíssimo que a  
2208 Câmara Técnica também se posicione no Grupo de Trabalho, que levem as  
2209 idéias, que discutam os assuntos e amadureça. Relativo também a uma questão  
2210 de outra resolução que saiu também bem recentemente, que é de compensação  
2211 ambiental. E especificamente não só a da própria resolução, mas a metodologia  
2212 que está sendo desenvolvida pelo IBAMA, embora esse assunto nosso da  
2213 metodologia do IBAMA na área de mineração, ele não pegue tanto, que mais de  
2214 95% (noventa e cinco por cento) da mineração é licenciada nos estados, mas a  
2215 metodologia do IBAMA será balizadora para as outras metodologias dos estados.  
2216 Então, a participação também desta Câmara, a participação dos setores aqui  
2217 nessa discussão da metodologia. São esses os assuntos, eu acho que nós temos  
2218 que está bem atento, acompanhando essas matérias. Eu gostaria de perguntar  
2219 aos senhores conselheiros, se alguém quer manifestar alguma coisa na questão  
2220 da finalização desta Câmara?

2221

2222

2223 **O SR. WALMIR PEREIRA DO CARMO (GRAMA ONG's SUDESTE)** – Eu só  
2224 gostaria de manifestar a minha tristeza em relação à Câmara Técnica, porque é o  
2225 seguinte: eu estou a dois anos no CONAMA, nós fomos eleitos para compor esta  
2226 Câmara, e eu mandei algumas demandas para essa Câmara, se não me engano  
2227 agora é a terceira reunião durante dois anos, os problemas ambientais brasileiros  
2228 são enormes referentes a essa área. Eu trouxe demanda do Porto de Ilhéus que  
2229 está extremamente complicado aquele Porto, depois da construção dele, tem um  
2230 bairro lá que está perto de sumir, em função do desvio das marés. A mineração

2231 está aí indo a todo vapor, eu trouxe uma demanda de fazer um seminário em  
2232 Santo Amaro da Purificação, para nós termos uma definição da contaminação de  
2233 chumbo daquela população que está lá, é um passivo muito grande que deixaram  
2234 lá, a exploração do chumbo, a população está lá extremamente doente. Meu  
2235 mandato está terminando agora, não sei se vou ser reeleito, e eu saio  
2236 sinceramente com um vazio de não ter contribuído mais por que a Câmara quase  
2237 não se reuniu. Então, eu acho que uma Câmara dessa com tantos assuntos  
2238 importantes permeando pelo Brasil a fora, nós temos três reuniões em dois anos,  
2239 eu acho muito pouco. E até pediria à direção desta Câmara, que ela fosse mais  
2240 dinâmica, mais ágil na sua forma mesmo de atuar, porque nós vemos um vazio,  
2241 são onze Câmaras no CONAMA, tem a Câmara de Controle e Qualidade  
2242 Ambiental, que é uma Câmara extremamente ativa, ela se reúne constantemente,  
2243 vários grupos de trabalho, e a Câmara de Mineração, Infra-estrutura e Energia,  
2244 que tem que ver a questão das estradas, dos portos, da energia de um modo  
2245 geral, e eu não vejo muito, não sei o que acontece com esta Câmara. Eu gostaria  
2246 até que você se posicionasse, Helder, porque é complicado nós delegado para  
2247 compor uma determinada instituição, e ver que ela não funciona praticamente.  
2248 Esse é o meu protesto que eu tinha a fazer, eu estava com isso engasgado há  
2249 muito tempo. E outra coisa: não me deram retorno sobre o seminário que seria  
2250 feito em Santo Amaro, eu cheguei à Bahia, alardeei pelos quatro cantos do  
2251 mundo, que esse seminário iria acontecer, e depois ele caiu no esquecimento, e  
2252 eu não tive nenhuma resposta até hoje.

2253

2254

2255 **A SRA. CRISTINA ELIZABETH PAES DE VASCONCELOS (MME)** – Quando  
2256 você fala do Seminário da APP, é só dar um informe, que eu não se todos sabem,  
2257 houve uma reunião na Câmara Técnica de Biomas, e a Diretoria de Secretaria de  
2258 Biodiversidade e Florestas, tem a previsão de acontecer esse Seminário de APP  
2259 nos próximos dias treze e quatorze de julho. E o foco principal desses seminários,  
2260 são produtos positivos que ocorreram na recuperação de APPs, é a apresentação  
2261 de exemplos positivos em recuperação de APPs, vai ser em Brasília, treze e  
2262 quatorze de julho. Então, a coordenação desse trabalho, que está a cargo do  
2263 Ministério do Meio Ambiente, pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas, ela  
2264 está montando as apresentações e confirmando os palestrantes, mas com esse  
2265 informe, são exemplos positivos em recuperação de APP.

2266

2267

2268 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Bom, vamos lá, o Walmir, esse  
2269 assunto que ele trouxe aqui, nós sempre temos tratado disso informalmente, de  
2270 uma certa forma é bom colocar isso na Câmara Técnica mesmo, realmente essa  
2271 Câmara ela envolve praticamente toda a infra-estrutura do país. Quando nós  
2272 falamos de estradas, nós falamos da produção de energia, principalmente energia  
2273 elétrica, e também o petróleo e gás e a mineração, e ela tem uma demanda muito  
2274 grande. Sem dúvidas, Walmir, concordamos todos. Também o próprio Ministério,  
2275 o qual é titular desta Câmara hoje, lamenta as poucas reuniões, mas infelizmente,  
2276 eu não diria isso como desculpas, mas se nós pegarmos o histórico mesmo,  
2277 quando assumiu-se a Câmara aqui, foi quando nós estarmos finalizando duas  
2278 matérias que envolveu o Ministério aqui e os outros Ministérios muito fortemente,  
2279 e os estados que faziam parte dessa Câmara, seria a finalização da 357, que é a  
2280 questão da qualidade de água, e depois absorveu enormemente a questão da  
2281 APP, vocês sabem disso. Aceito mesmo, acho que suas críticas são muito bem-  
2282 vindas. Com relação às poucas reuniões, conciliar essas reuniões, só a APP

2283 foram cinco reuniões, toda a energia, inclusive, todos os conselheiros estavam  
2284 voltados para APP. Mas, espero que você seja reeleito, sinceramente, vocês  
2285 podem ser reeleitos ainda, você tem mais um mandato, e que no mandato, você  
2286 volte à Câmara Técnica, que nós possamos, inclusive, fazer outras reuniões. Com  
2287 relação ao Porto de Ilhéus, você realmente trouxe essa matéria aqui para dentro,  
2288 inclusive afoito aí ao Ministério dos Transportes, no entanto, não é bem essa  
2289 questão que se trata na Câmara Técnica, porque ela não é deliberativa, e o Porto,  
2290 ele passou pelo processo de Licenciamento Ambiental. Então, essa matéria deve  
2291 ser muito mais demandada ao próprio órgão que tratou do Licenciamento  
2292 Ambiental do que da Câmara, e o CONAMA, ele pode, através de uma  
2293 recomendação ou de uma moção, chamar a atenção do órgão licenciador, que se  
2294 não me engano foi o IBAMA, naquela situação. Então, na questão do Porto de  
2295 Ilhéus, eu concordo plenamente com você, as alterações que fez, inclusive, de  
2296 maré na construção do Porto, mas não é o objeto muito dessa Câmara, o que  
2297 seria, talvez, seria os cuidados, ou uma resolução de disciplinamento para a  
2298 construção de portos, os cuidados que devem ser tomados. Com relação a Santo  
2299 Amaro, eu concordo plenamente com você, que quando nós tínhamos feito,  
2300 fizemos a programação, inclusive, a pauta, a INB estava incluída nessa pauta. No  
2301 período que nós tínhamos marcado, o Ministério não conseguiu viabilizar; depois  
2302 nós conversamos com o Marcelo, na outra data nós também não conseguimos, e  
2303 aí fomos totalmente atropelados pelo CONAMA. Não são desculpas, eu estou  
2304 falando assim, você tem toda razão que a Câmara tinha deliberado por esse  
2305 seminário lá, e nós não conseguimos realizá-lo ainda. Espero que nós  
2306 consigamos, inclusive, não só a Câmara Técnica faça uma reunião lá, mas tanto  
2307 quanto o Governo Federal, não só o Ministério de Minas e Energia, que lá envolve  
2308 vários outros Ministérios, inclusive, o Ministério da Saúde, o Ministério da Infra-  
2309 estrutura, o Ministério das Cidades, que resolva, inclusive, o próprio Estado da  
2310 Bahia e a prefeitura, numa conjuntura com o Ministério do Trabalho, de uma força  
2311 tarefa para a questão de Santo Amaro. Então, é muito difícil para nós até colocar  
2312 assim, assumir responsabilidade, a própria Câmara Técnica do CONAMA, quando  
2313 esse assunto, ele transcende o CONAMA, eu não diria maior, não sei se a  
2314 expressão correta, mas ele permeia outras atividades que não só as ambientais.  
2315 Então, eu acato as suas críticas, que foi muito bom fazer essas observações, e  
2316 espero que você seja reeleito, volte de novo para a Câmara, e que nós possamos  
2317 pelo menos corrigir várias dessas questões.

2318  
2319

2320 **O SR. SEBASTIÃO** – Eu só queria fazer um comentário, por que a Câmara já não  
2321 faz uma proposta de trabalho já com uma previsão, tipo mensal ou de dois em  
2322 dois meses, alguma coisa? Aí seria interessante, porque já teríamos uma  
2323 perspectiva de futuro e com assuntos pré-agendados, evidente que poderiam  
2324 entrar outros naturalmente. Mas, seria uma coisa extremamente interessante para  
2325 aqueles que eventualmente queiram participar, além dos membros, é claro.

2326  
2327

2328 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Obrigado, Sebastião, pela sugestão.

2329  
2330

2331 **O SR. MARCELO ASSIS (Secretaria Executiva do CONAMA)** – Eu queria  
2332 responder o Walmir, eu queria falar um pouco de plano de trabalho e outras  
2333 coisas aqui em assuntos gerais. Primeiro, de fato eu lamento também que a  
2334 Secretaria Executiva, que nós temos nos reunido tão pouco. Agora, reuniu tão

2335 pouco, era de supor que tivesse uma pilha de processos acumulada, uma pauta  
2336 acumulada, nós não temos, dentro da função primordial do CONAMA, que é um  
2337 órgão normatizador. Hoje, nós podemos dizer: vamos nos reunir de dois em dois  
2338 meses, mas a Câmara Técnica de Controle Ambiental, de Saúde e Saneamento  
2339 são as que mais reúnem, produzindo resoluções. Nós não temos propostas de  
2340 resoluções paradas aqui, tinha essa. Outra coisa, é que os assuntos, muitas  
2341 vezes, dada a divisão da Câmara Técnica, como o Helder falou, os assuntos de  
2342 mineração foram tratados em Gestão Territorial e Biomas, dentro do conceito de  
2343 APP, do conceito e tal, com o MMA acompanhando, o CONAMA não parou de  
2344 discutir mineração. E também dentro de infra-estrutura, eu lembro aqui, você  
2345 estava na reunião, a última reunião, a fala do Roque, talvez seja até bom, assim,  
2346 num certo aspecto, nós não estarmos discutido muita coisa, porque muita  
2347 resolução nova de licenciamento, enquanto isso nós estamos fortalecendo a 237.  
2348 Nós tínhamos alguns assuntos em pauta, algumas propostas de resolução do  
2349 setor elétrico, do setor de transportes, que foram retiradas no sentido de fortalecer  
2350 a 237. Então, isso também tem um lado positivo. Eu queria deixar claro. Eu  
2351 preocupo também com a atribuição do CONAMA, às vezes nós nos metemos a  
2352 fazer coisas que não são atribuições do CONAMA. No caso do seminário de  
2353 Santo Amaro, se nós formos lá, nós vamos fazer um seminário, qual vai ser  
2354 produto? Nós vamos estabelecer uma Resolução CONAMA, vamos resolver o  
2355 problema? Então, teve um parecer da SQA, que nós consultamos, que é  
2356 atribuição deles, que já foi objetos de estudos, de tese, e de repente fazer uma  
2357 coisa lá, vamos chamar a atenção para o problema, mas não vamos levar a  
2358 solução, porque transcende as atribuições do CONAMA, tem essa preocupação  
2359 também. Então, seria isso, depois eu teria mais outras coisas para complementar.  
2360 Claro, fazer o seminário, o encontro lá é positivo, vai chamar a atenção, chamar a  
2361 atenção é uma forma também de resolver, de ajudar a resolver o problema, não  
2362 discordo disso não, só manifesto essa preocupação.

2363  
2364

2365 **O SR. WALMIR PEREIRA DO CARMO (GRAMA ONG's SUDESTE)** – A  
2366 intenção basicamente era não só de chamar a atenção, mas também ver a  
2367 empresa que deixou o passivo ambiental lá, que ela está no exterior, e procurar  
2368 ver os órgãos, sei lá, ambientais, o próprio Governo da Bahia, que essa empresa  
2369 pagasse esse ônus que está lá, não vai melhorar a vida do povo, mas que pelo  
2370 menos ela tivesse uma punição.

2371  
2372

2373 **O SR. RONALDO JORGE DA SILVA LIMA (GOVERNO PARÁ)** – Eu acho que  
2374 nós somos um pouco culpados de não ter ocorrido mais reuniões, não temos  
2375 trazido as demandas dentro de como falou o Marcelo, cabe realmente às  
2376 competências do CONAMA. E nós temos assuntos aí que nós podemos trazer  
2377 para os próximos encontros, por exemplo, um deles que vem demandando cada  
2378 vez mais é a questão de Unidade de Conservação em áreas de mineração, quer  
2379 dizer, cada vez mais está sendo criado Unidade de Conservação em áreas de  
2380 potencial mineral. E nós não vemos um disciplinamento nessa criação, por  
2381 exemplo, o que aconteceu, dando o exemplo do Estado do Pará, com a 163, uma  
2382 área de potencial mineral e está se criado lá um mosaico de Unidade de  
2383 Conservação sem nenhum tipo de trabalho feito, para que a mineração  
2384 apresentasse laudos ou estudos com relação a esse potencial. Existia um Projeto  
2385 de Lei, que até hoje ainda não foi votado, que diz que toda área de criação de  
2386 Unidade de Conservação que seja impeditiva da atividade minerária, deveria

2387 haver um laudo da CPRM, dizendo que aquela área é de potencial, e não se  
2388 discutiria a natureza dessa unidade. Então, a unidade que seja criada, mas que a  
2389 natureza dela seja possível de se realizar atividade de mineração. Nós temos  
2390 Unidade de Conservação para o Brasil inteiro, no Estado do Pará tem algumas,  
2391 em que convive muito bem com atividade de mineração, temos a Floresta  
2392 Nacional Carajás, Saracataquera lá na mineração do Binorte e outras. Então,  
2393 essas Unidades de Conservação que seja impeditivo para mineração, eu acho  
2394 que temos que trazer esse assunto aqui para discussão, para que se haja  
2395 também um critério para o estabelecimento dessas unidades. Nós já discutimos  
2396 em reuniões passadas aqui nesta Câmara, um problema que aconteceu no Rio  
2397 de Janeiro, da criação de um parque dentro de uma mineração, e a mineração  
2398 tem que sair, e não sei discute como é essa questão da indenização, o  
2399 proprietário já tem o direito minério. Tudo isso é um assunto que vem  
2400 demandando cada vez mais, e eu acho que é um motivo para nós também  
2401 discutirmos aqui na Câmara.

2402

2403

2404 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Obrigado, Ronaldo, você me lembrou  
2405 bem, eu teria que dá esse informe também com relação à mineração, que ela  
2406 ocorre em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, a moção que estaria para ser  
2407 deliberada nesta Câmara Técnica, por decisão do Plenário do CONAMA, ela vai  
2408 direto para o Plenário, embora esse outro tema que você trouxe aqui, sempre está  
2409 trazendo assuntos bons, a mineração e a criação de Unidade de Conservação, ou  
2410 seja, as atividades produtivas, não só a mineração, mas outras, nós temos outras  
2411 infra-estruturas que devam ser analisadas quando da criação de Unidade de  
2412 Conservação, talvez seja um tema muito interessante para nós trazermos aqui  
2413 para podermos discutir esse assunto, anotei ele com muito cuidado, para nós  
2414 analisarmos, talvez disciplinarmos essas questões, ou seja, avaliar primeiro essa  
2415 matéria, e esses pontos aí.

2416

2417

2418 **O SR. MARCELO ASSIS (Secretaria Executiva do CONAMA)** – Eu acho que  
2419 teria que ver uma provável data para uma próxima reunião, e antes eu teria o item  
2420 da questão da Vice-presidência da Câmara Técnica.

2421

2422

2423 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Vamos primeiro fechar esse assunto  
2424 da Vice-presidência da Câmara Técnica, o Regimento do CONAMA delegou às  
2425 Câmaras Técnicas, que se eleja a Vice-presidência da Câmara Técnica. E eu  
2426 pergunto aos senhores conselheiros, que ficaria impeditivo de ser Vice-presidente  
2427 da Câmara Técnica, o próprio titular, que é o Ministério de Minas e Energia e o  
2428 Ministério dos Transportes, na qual ele é o relator.

2429

2430

2431 **O SR. MARCELO ASSIS (Secretaria Executiva do CONAMA)** – Tem a questão  
2432 do Regimento, que o Presidente e o Vice-presidente são conselheiros, não são os  
2433 representantes. Então nessa condição aqui, só estamos tendo representantes das  
2434 ONG's, o Walmir, apto a assumir a Vice-presidência. O vice-presidente vai  
2435 presidir se o titular ou o suplente da instituição não estiver. Então, vai ser um  
2436 caso, em que nem você, nem o José Carlos, nem a Cristina possam, eu acho que  
2437 vai ser um caso bem difícil, mas em outras Câmaras já aconteceu, o Vice-  
2438 presidente ter que assumir quando geralmente acontece esse impedimento.



2439 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – O Marcelo trouxe essa questão aqui,  
2440 eu gostaria de perguntar aos senhores conselheiros, se sentem à vontade em  
2441 definir um conselheiro, seria ou titular, o próprio Walmir que foi mencionado aqui,  
2442 ou se é a representação. Se nós colocamos isso em pauta, Marcelo, para a  
2443 próxima reunião, para que nós deliberemos sobre a matéria, porque como ainda  
2444 não veio, e que é uma matéria de deliberação, talvez seja mais conveniente nós  
2445 colocarmos isso na pauta da reunião que vem. Eu só perguntaria isso aos  
2446 senhores conselheiros. Ok? Só fechando, então essa pauta seria, talvez o  
2447 segundo ponto de pauta, seria a eleição do Vice-presidente da Câmara Técnica.  
2448

2449

2450 **O SR. MARCELO ASSIS (Secretaria Executiva do CONAMA)** – Eu acho que  
2451 assim a data da reunião, uma coisa básica seria todos esses estudos que o  
2452 Ministério de Minas e Energia está fazendo, eu acho que nós teríamos que  
2453 concluí-los, eu não sei, ou ter pelo menos algum produto.  
2454

2455

2456 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Pelo menos que três dessas matérias  
2457 que foram mencionadas, ou seja, essa de baixo impacto, cavernas e pesquisa  
2458 mineral, estejam concluídas em agosto. E como o Marcelo fez essa sugestão, e é  
2459 um propósito do Ministério de Minas e Energia, é encaminhar dentro dos seus  
2460 seguimentos, sugestões, pedimos sugestões sobre a matéria, antes de, inclusive,  
2461 trazê-la, não como ponto fechado, mas como um ponto amadurecido, dentro do  
2462 próprio setor de Minas e Energia. Então, essa reunião, eu solicitaria um pouco  
2463 aos senhores, que aí já deu tempo do Walmir ser reeleito e ser reindicado para a  
2464 Câmara Técnica de Assuntos Minerários, que essa reunião ou nós a faríamos em  
2465 agosto ou em setembro, em agosto nós temos o Plenário do CONAMA dia trinta e  
2466 trinta e um, na qual o CONAMA faz aniversário, poderia ser talvez no início de  
2467 setembro. Porque nós vamos colocar o assunto, nós não vamos deliberar, é  
2468 apresentação e começar a discussão, entendeu, Bárbara? Não é um assunto  
2469 para que nós vamos deliberar, daí a necessidade, às vezes, assim de criar um  
2470 Grupo de Trabalho específico para aquele tema, para aquele outro, ou não é hora  
2471 de mexer nesse assunto, ainda não está completamente amadurecido, para que  
2472 possamos levar. Não é só uma proposta de resolução, mas a concepção, o  
2473 estudo do que levou para tomar aquelas decisões, o que é baixo impacto ou  
2474 cavernas relevantes, e assim por diante. Então, ficaria essa sugestão para início  
2475 de setembro. Eu sei uma data difícil, inclusive, para os estados, porque nós  
2476 estamos na campanha eleitoral, ou seria meados de agosto ou início de  
2477 setembro. Porque nós temos Plenário do CONAMA dia trinta e trinta e um de  
2478 agosto, em São Paulo. Agora, fica essas sugestões dessas duas datas, ou  
2479 meados de agosto ou início de setembro.  
2480

2481

2482 **O SR. MARCELO ASSIS (Secretaria Executiva do CONAMA)** – Nessa semana,  
2483 por exemplo, quatorze a dezessete, nós temos de agosto, por exemplo, nós  
2484 temos como norma não nos reunirmos na semana imediatamente anterior à  
2485 Plenária. De quatorze a dezessete de agosto, na primeira semana de setembro  
2486 tem um feriado; ou na semana de onze a quinze de setembro.  
2487

2488

2489 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Ou nós procuramos fazer a reunião  
2490 ou na terça-feira ou na quinta-feira, que é mais fácil para o deslocamento dos

2491 nossos companheiros que vem de fora, da Câmara Técnica, acho que quatro  
2492 conselheiros são de fora de Brasília, que é o Ministério de Minas e Energia, dos  
2493 Transportes e a CNI, Marcelo, que eventualmente vem também. Que são quatro  
2494 conselheiros que são de fora. Então, ficaríamos naquela semana de quatorze a  
2495 dezessete de agosto, ou na semana do quinze de setembro. Ok? Bom, nós  
2496 vamos para as despedidas.

2497

2498

2499 **O SR. WALMIR PEREIRA DO CARMO (GRAMA ONG's SUDESTE)** – É que no  
2500 dia vinte e seis de maio, lá em Salvador, nós estamos fazendo uma Mesa  
2501 redonda sobre o Plano Estadual de Conservação das Espécies Ameaçadas de  
2502 Extinção da fauna e flora, e que faz parte do Programa Pau Brasil, que eu distribui  
2503 para vocês aí. Vai ser em Salvador, nas dependências do (...), que é o órgão  
2504 ambiental da Bahia, dia vinte e seis de maio, durante todo o dia.

2505

2506

2507 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Bom, pessoal, se alguém tem alguma  
2508 coisa a mais a manifestar, se não, antes propriamente de encerrar, eu  
2509 agradeceria novamente a presença da INB, na pessoa da Edna e do Hilton, que,  
2510 inclusive, ficaram até agora, eu fiz o convite, eles aceitaram de bom agrado; os  
2511 senhores outros participantes da reunião, que não são membros, mas são muito  
2512 bem-vindos. Senhores conselheiros, obrigado, e encerrada a pauta, nós  
2513 encerramos a reunião. Obrigado.